

Transcrição de vídeo - Ciclo de Debates

Mesa 1 - Memórias e produção de conhecimentos sobre violências

04 de setembro de 2023

Mesa de abertura

Palloma Menezes: Bem, gente, boa noite! Queria começar a agradecer muito a presença de vocês aqui no primeiro dia, né, do nosso Ciclo de Debates sobre produção de conhecimento e memórias em favelas. Para começar o Ciclo e apresentar um pouco a proposta dessa iniciativa conjunta, né, que envolve várias instituições, eu queria chamar algumas representantes das instituições. Então, Sônia Fleury representando o Dicionário de Favelas, Mariana Cavalcanti representando o Grupo Casa, Liliana Sanjurjo representando o Cidades, Giselle Florentino representando a Iniciativa de Direito à Memória e Justiça Racial e eu junto aqui também.

Palloma Menezes: Inicialmente não iria ter essa mesa, mas esse começo acho que vai ser só uma conversa rápida para cada uma falar um pouco da sua relação com o tema e como a gente vem construindo essa proposta em conjunto já algum tempo, chegando aqui nesse primeiro encontro que vai se desdobrar ao longo desse semestre. E nossa ideia é que possa continuar no ano que vem, ampliando temas e mais grupos né.

Palloma Menezes: Sônia, você começa?!

Sônia Fleury: Agradeço muito a Palloma e a todos os membros, as “membras”, da mesa que se esforçaram tanto para produzir e para continuar fazer essa produção. Uma ideia que a Palloma me disse que já o Machado falava nisso. Então também é uma celebração do Machado que a gente está tendo junto aqui, né, nesse esforço por *resgatar* esse conhecimento, por entender a favela como um lugar de produção de conhecimento. Tenho trabalhado isso no Dicionário, no Dicionário de Favelas Marielle Franco que alguns aqui são participantes da equipe, outros são colaboradores e os que por acaso ainda não são colaboradores a gente espera que a partir de amanhã comecem a colaborar. A gente vai panfletar aqui nosso folderzinho para todo mundo e a gente realmente espera a colaboração de vocês.

Sônia Fleury: Nós conseguimos superar uma dificuldade que, no início, a gente conseguiu colocar não sei quantos verbetes e tal, mas tinha pouco acesso. Aí nos dedicamos à divulgação e ao acesso e hoje nós queremos voltar a ideia da produção. Mas no período da pandemia ficou muito claro para todos nós o que [não identificado] que o Dicionário podia ter para pessoas das favelas que ali deixaram todos seus materiais e nós fomos ter muitos artigos depois sobre isso. E também, por outro lado, a produção de conhecimento e de saberes em várias áreas. Então, produções de dados epidemiológicos, produção de gestão territorial, produção de comunicação e divulgação. Então foram inúmeras formas de conhecimento, disciplinarmente preparadas da academia, que foram ali produzidas pela própria comunidade, que tomou nas mãos isso. Então nesse momento a gente tem muito interesse nesse tema não só da memória, mas do conhecimento e associar essas duas

questões. Então, vejo com muito bons olhos esse movimento que está sendo iniciado hoje e vai ser um sucesso com toda certeza.

Mariana Cavalcanti: Bom, gente, boa noite! É realmente muito emocionante ver a junção de pessoas aqui nessa sala. Não que a gente não encha essa sala com alguma regularidade, né. A gente tem, desde que a Palloma chegou aqui a verdade é que o IESP se tornou um lugar muito mais vibrante e também muito pelo terror que a gente toca aqui né. E eu acho que tem uma característica também desse evento, que é um pouco do que estava nas primeiras conversas para pensar ele, que é esse transbordamento da academia para a cidade, da cidade para a academia. Esses atravessamentos, essas conversas. E o que eu acho que várias pessoas aqui que eu encontro, gente que você confia assim. Então, eu acho que é um momento muito feliz da gente conseguir atualizar e botar dentro de uma sala as diversas conexões que a gente vem tecendo na nossa vida cotidiana, na nossa prática de pesquisa, na sala de aula. E eu acho que também uma coisa que é muito bonita aqui, né, que é como a gente vem aprendendo uns com os outros ao longo do tempo. Então, eu fico muito emocionada de ver assim a Sônia que foi uma pessoa tão importante na minha formação. A gente tem essa referência do Machado.

[inaudível 5:21 a 5:37]

Mariana Cavalcanti: Então eu acho que é isso, né. A gente tá conseguindo, talvez em parte, com vários problemas, mas realizar também um sonho, que eu acho que é de uma certa geração que vem desde a Sônia, mas de transformar esse espaço aqui, de transformar ele por dentro, de dentro pra fora e de fora pra dentro. E eu acho que esse evento é uma grande oportunidade pra gente continuar esse movimento de reforçar isso. Vai ser muito bom também a gente ter sessões lá na UERJ Maracanã, que também já é, né, um lugar de acesso mais democrático, de mais facilidade para as pessoas na cidade metropolitana. Vejo aqui gente de rede, enfim, da Casa Fluminense, tem gente de fora do Brasil e eu acho que é isso mesmo. Acho que a gente quer pensar no futuro da cidade que seja diferente de tudo que a gente anda estudando. Eu e Palloma, a gente acabou de sentar ali, terminando um artigo, a gente acabou de passar pelo trauma [não identificado] de 40 anos dessa cidade, a gente fez aquela leitura final agora. E eu só fico muito feliz de entrar aqui e de ver uma cena como essa, com todas as diversidades que são muito diferentes da época que começou a minha formação. Então, eu acho que a gente está no caminho certo e eu fico muito feliz com isso. Muito obrigada, gente, pela oportunidade!

Liliana Sanjurjo: Boa noite a todas e todos! Também estou muito feliz de estar aqui. Dizer que, né, conseguimos iniciar essa primeira etapa, né, do Ciclo de Debates reunindo todos esses grupos e esses coletivos. Acho que a ideia mesmo é a gente criar, como a Mariana já destacou, esse diálogo, né. Potencializar esse diálogo que já estão estabelecidos, estabelecer novas parcerias a partir das já existentes, né, que elas se desdobrem em novas ações. Enfim, pra a gente pensar a cidade, pensar acesso a direitos, né. Como que a gente consegue mobilizar diferentes atores, né, da sociedade nas direções que a gente pretende construir, né, em termos de democratização não só da Universidade, mas também de habitação, enfim, de Segurança Pública, o tema que a gente vai falar um pouco hoje, né, de violência. Algo que atravessa, né, décadas... de uma... esses 40 anos, imagino que você falou aí é uma coisa bastante trágica que a gente vive e passamos os últimos anos, assim, como tava falando com a Marcela quando cheguei aqui, bastante.. um momento muito duro,

né. Continuamos num momento muito duro, mas eu acho que com essa possibilidade de algum diálogo aí aberto pra tentar mudar algumas coisas com as quais eu acho que a maioria daqui, que tá aqui, não concorda. Enfim, também queria convidar todo mundo, como a Mariana falou, a gente vai ter, são quatro sessões, né. Deixa eu ver aqui as datas. Ah, acho que não estou com as datas aqui. Espera aí, deixa eu pegar...

Palloma Menezes: Mas tem aqui (apontando para o slide).

Liliana Sanjurjo: A gente tem, são quatro mesas, né. A primeira sobre “Memórias e produção de conhecimento sobre violências” que está sendo aqui no IESP. A próxima que é “Memórias faveladas e as políticas públicas que vai acontecer na UERJ”. A terceira mesa, também lá no Maracanã, né, na UERJ, é chamada “Infraestrutura e meio ambiente”. E a última que vai ser no IESP, para fechar. A gente abre e fecha no IESP. É “Pandemia nas favelas e periferias”. Então, eu quero convidar todo mundo a estar, tentar estar nesses outros momentos aí. Eu acho que é isso. Passo a palavra pra Gi.

Giselle Florentino: Olá, gente, boa noite! Meu nome é Giselle, divido a coordenação da Iniciativa de Direito à Memória e Justiça Racial com o Fransérgio. Nós somos uma organização social da Baixada que trabalha com enfrentamento a violência de Estado. E pra gente ter recebido o convite para articular com o Ciclo de Debate foi muito importante, principalmente, por ser uma interlocução mais direta com a Universidade e a gente também entende como dispositivo de proteção e segurança pra gente, né. A oportunidade de participar dos espaços da Universidade, ela gera também uma visibilidade que pra gente é muito importante por conta dos debates pesados que a gente faz dentro de treze municípios, né, na Baixada Fluminense que historicamente são invisibilizados, principalmente, da área de Segurança Pública, né. Então, articular diretamente com a Universidade, pensar outros espaços de produção, de epistemologia, de conhecimento pra gente é uma grande chave para garantir que o nosso trabalho possa continuar sendo executado da maneira mais combativa e mais direta para a população preta e periférica da Baixada Fluminense. Eu queria muito agradecer o convite dessa articulação e que a gente tenha vida longa.

Palloma Menezes: Lili, você pode passar o roteiro pra mim?!

Palloma Menezes: Só para apresentar devidamente, que eu não falei, todas as instituições, né, organizadoras porque algumas pessoas de algumas instituições que estão também na coordenação do Ciclo não puderam estar presente. Então a gente tem: Dicionário de Favelas Marielle Franco, o Cidades, grupo de pesquisa urbana da UERJ, o grupo CASA também da UERJ, a Iniciativa Direito a Memória e Justiça Racial, o Instituto Raízes em Movimentos do Alemão, o Rada Saúde Favela que também é da Fiocruz e o BONDE que é o grupo que a gente tá criando no IESP, que é o primeiro evento oficial do BONDE.

Palloma Menezes: Eu queria falar da grande alegria muito rapidamente que é tá aqui hoje nesse evento, nesse ciclo, né, que vai reunir mais de vinte grupos de favela que atualmente tem produzido conhecimento muito diversos, com várias metodologias, fazendo discussões muito importantes. A nossa ideia não é de modo algum inventar a roda ou algo do tipo, mas colocar esses grupos para conversar, né. Para ter mais um espaço de troca, principalmente, aprendendo o que surge nessa intersecção entre a Universidade e os movimentos de

favela. Pensando também como nesse cenário atual muitas pessoas dos movimentos estão também na Universidade. É o caso, né, da Gi que é nossa aluna aqui do IESP, é parte do BONDE, tá na Iniciativa, tá em todos os lugares, né. Então, pensar nessas interseções nesses encontros é um pouco da ideia desse Ciclo de Produção de conhecimento. A gente deseja muito que ele, ao longo do semestre, renda muitos debates interessantes. Que a gente possa pensar juntos em outros temas, em outros grupos, que a gente não conseguiu contemplar nessa primeira rodada e que a gente pretende incluir e trazer junto, né, ao longo do próximo ano uma rodada subsequente. Então, queria agradecer e já chamar a próxima mesa, né, que vai ser composta pelo Daniel Hirata, que eu agradeço muito, tá vindo representando o GENI. O Fransérgio e também a Marcela Toledo.

Giselle Florentino: Eu fico aqui?

Palloma Menezes: Você continua.

Mesa 1 - Produção de conhecimentos e memórias em favelas e periferias

Daniel Hirata: Boa noite, então, para todos e todes! Queria começar aqui agradecendo o convite para poder mediar essa mesa aqui. Muito, muito feliz por ter a oportunidade de cumprir esse papel. Saudar, então, esse Ciclo de Debates. (Tossiu) Nossa, estou com uma doença mal curada aqui. Esse Ciclo de Debate é fundamental, né, fomenta esse tipo de iniciativa e particularmente, né, como foi colocado aqui na primeira mesa, esse encontro de uma série de organizações que estão na Universidade, em favelas ou nos dois ou enfim. Essas, sabe, essas passagens, esses encontros, acho que são fundamentais para que a gente possa alcançar uma agenda de discussões um pouco diferente do que tá posto, enfim, acho que é isso que vitaliza o debate acadêmico, público, traz novas questões, novas perspectivas. Então desse ponto de vista, enfim, mais uma vez saudar a iniciativa que eu acho fundamental. Parabenizar cada uma das instituições organizadoras, né. O Dicionário de Favelas Marielle Franco, o BONDE eu não conhecia ainda, Palloma. Adorei o nome. Cidades, grupo CASA, a Iniciativa Direito a Memória e Justiça Racial. Somos poucos que fala sem titubear o nome inteiro. Várias vezes na sequência [não identificado] só começa “Iniciativa”, “Iniciativa”, eu falo o nome inteiro. Raízes em Movimentos, Radar Saúde Favela, enfim.

Daniel Hirata: Hoje temos uma mesa sensacional aqui. Vou apresentar aqui nossos expositores, enfim. Giselle Florentino da Iniciativa Direito a Memória e Justiça Racial, graduada em Economia, mestranda em Sociologia no IESP e coordenadora executiva da Iniciativa de Direito à Memória e Justiça Racial. Fransérgio Goulart, graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e coordenador executivo da Iniciativa de Direito à Memória e Justiça Racial. E Marcela Toledo, assistente social formada pela UFRJ, finalizando a graduação em Ciências Sociais na UFRJ também, e especialização em Sociologia Urbana na UERJ. Marcela trabalha desde 2018 em temáticas com foco no feminicídio negro, pesquisadora do LabJaca nos eixos de raça, gênero e Segurança Pública, e integra a rede de especialistas da rede A Ponte, instituição que trabalha com assessoramento parlamentar e político de mulheres eleitas no Brasil todo. Bom, a gente tinha combinado então que seriam mais ou menos 30 minutos por... Ah, bom, eu queria dizer que é uma pena que a Daniela Lopes e o Vitor Lourenço não puderam estar aqui.

Seria muito legal também contar com a presença deles, mas às vezes acontece esses infortúnios.

Palloma Menezes: E a gente vai tentar encaixá-los em outra mesa.

Daniel Hirata: Então, acho que começar com Marcela, né, seguindo o combinado. Eu vou fazer o protocolo aqui de cumprir um pouco de controlar um pouco o tempo, mas pelo que entendi isso também não precisa ser muito estrito. Mas é só um parâmetro aí, uns trinta minutos por pessoa. Então, Marcela, obrigado. A palavra está contigo.

Marcela Toledo: Gente, boa noite! Primeiro eu queria agradecer em nome do LabJaca o convite. Pra quem não conhece então eu vou apresentar um pouco do LabJaca, né. É um laboratório de dados e narrativas do Jacarezinho. Ele surge em 2020, né, com a questão da pandemia, entendendo também a questão da subnotificação de dados da Covid nas favelas. Então a campanha que surge é o “Jaca Contra o Corona” e depois a gente vai construindo o LabJaca, né. Eu sou pesquisadora do LabJaca, tô aí somando com o pessoal há um ano. Estou a frente da pauta de gênero e segurança pública e também tô representando o LabJaca lá no Fórum Popular de Segurança Pública. [não identificado] Então, eu acho que é importante, assim, começar falando muito sobre a questão racial. Eu acho que é o que a gente pode perceber no território. Jacarezinho é uma das favelas mais, que tem mais pessoas pretas, né, então isso contribui também para a construção de conhecimento e entendendo também as dinâmicas de segurança pública, operações policiais, entendendo também que o Jacarezinho foi palco, infelizmente, da maior chacina da história e isso atravessa muito que eu estava conversando com eles agora antes de iniciar. É o quanto essa memória ela é ceifada o tempo inteiro né. Eu acho que isso tem muito a ver também com a minha pesquisa de mestrado particularmente, né. Entender como a necropolítica acaba se tornando um mecanismo de morte em vida também. Não só sobre as mortes biológicas dos corpos negros, mas também sobre essa morte em vida que é reproduzida sobre várias violências, né. E aí é isso, assim, a gente tendo contato com as mães, os familiares, como isso é reproduzido pelo Estado, como essas lacunas das políticas públicas são propositais né. Eu acho que é importante perceber que essas lacunas também acabam sendo reprodução de morte, né, e é uma política de gestão de corpos que acaba marginalizando e criminalizando ainda mais os corpos que ficam. E aí eu acho que tem muito essa questão da, hoje né que a gente vem discutindo sobre a possibilidade de implementação das câmeras de reconhecimento facial no Jacarezinho como um ponto de partida. E isso reforça ainda mais como isso é uma continuidade de um projeto político, né. Então eu acho que é importante pensar também como isso se organiza sistematicamente no Brasil. Eu estudo muito sobre a questão das mulheres negras e eu acho que essa questão de gênero ela é ainda mais forte quando a gente percebe quais são as violências que atravessam os corpos das mulheres negras. Muitas delas perdendo seus filhos, netos, sobrinhos, né, nessas operações. E como essa continuidade desse feminicídio negro que não é só sobre a morte biológica, mas, sobretudo, dessa morte em vida. E essas matanças que são cíclicas acontecem historicamente, né. E aí pensando sobre o eixo da memória eu acho que é muito importante pensar como essa memória ela acaba sendo apagada historicamente. Desde muito tempo atrás, mas sobretudo sobre o que a gente vive hoje, né. Tava conversando com a Lili antes, né, e pensando como essa memória nos governos anteriores foi reproduzida de uma forma muita estratégica, né. O que a gente vive lá em 2020, com o advento da pandemia, não só sobre a Covid, né, sobre as operações que

aconteceram durante a pandemia. Sobre a própria ADFP, né, que foi uma luta, mas que ao mesmo tempo reproduziu diversos acontecimentos marcantes. Como a morte do menino João Pedro, entre outras coisas no mundo inteiro. Como isso acaba sendo uma simbologia do que a gente está vivendo estrategicamente há muito tempo que muitas pessoas ainda não compreendem que é estratégico mesmo, que é um projeto político que não me interessa, né. Pode... quais corpos tem... são passíveis de luto também. E aí eu me questiono muito sobre qual memória também importa, né. Se marginaliza o corpo que foi assassinado muitas vezes por uma ótica completamente moralista, né. Enfim, entendendo sobre essas dinâmicas também do racismo estrutural. Então o trabalho que a gente desenvolve lá no LabJaca, agora nessa pasta de Segurança Pública, é entender como estrutura isso no território. No Jacarezinho, não sei se todo mundo sabe aqui, a gente tem uma política que é do governo do Cláudio Castro que é o Cidade Integrada, né. Que é a polícia dentro da favela e isso a gente fez uma pesquisa em parceria com IDPN que é uma outra organização também [não identificado], o GENI também estava, sobre essa questão de como isso atravessa a vivência das pessoas, né, que moram ali. Eu participei enquanto trabalho de campo, né, a gente foi lá entrevistar as pessoas. E é nossa hora de perceber como afeta diretamente o lazer quando a infância, e como não há uma relação de confiança, né, e de bem-estar, né. Então eu acho que a segurança pública tem que pensar o bem-viver dessa população que tá ali vivendo sob o medo, principalmente as pessoas que estão envolvidas na história da chacina, né. A gente tem um contato direto com as mães e as mães do Jacarezinho estão adoecendo [não identificado]. Vale lembrar que foram mais de 28 pessoas mortas na Chacina do Jacaré. Então é importante a gente fazer essas articulações, entender como a gente pode agir, né. Então participando do Fórum a gente debatendo várias questões que vão atravessando, né, a questão policial, mais pra poder construir mesmo, né, esse conhecimento a partir daquilo que a gente acredita, né. E particularmente o LabJaca constrói conhecimento a partir da geração cidadã de dados. Então nossas pesquisas são muito voltadas para isso. Estar em território, contato, entrevista e diversas outras pesquisas que vão ser lançadas aí. Então é isso assim. Esse caminho de tentar fazer com que não só quem vivencia a lacuna das políticas públicas esteja nesse lugar, mas também, sobretudo, propor políticas públicas. Nada melhor que quem vive esses vazios possam entender também como a gente pode propor, né. Então é isso também que a gente vem pensando e tem todo debate das agendas locais percebendo que quem constrói as políticas públicas muitas vezes não são as pessoas que as vivenciam, né, e até que as lacunas acabam por dar mais um reprodução, né, dessa mortificação em vida desses corpos que estão aí precisando muito do mínimo, né, que é o direito à vida. E o direito à vida está totalmente relacionado com a questão da memória. Então acho que é muito importante a gente pensar que essa memória é uma memória viva, envolvente e potente, e que muitas vezes a gente se quer pode falar sobre ela em alguns espaços porque a gente é silenciado, a gente é apagado e a gente é mortificado novamente em vida. Então é um ciclo muito cruel, né, para a gente que trabalha nos movimentos e esses debates são estratégias muito importantes para que a gente possa abrir um olhar pra isso. Enfim, eu acho que é isso assim, a gente vai conversando, mas pra iniciar é isso.

Daniel Hirata: Giselle, Fransérgio.

Giselle Florentino: Oi, gente, boa noite de novo! Acho que vou falar um pouco sobre a Iniciativa, o nosso debate de produção de dados e o Fran vai ficar com a memória, é isso?!

Eu peguei um vírus aí estranho então eu tô meio lenta hoje, assim me desculpem. Então eu vou e vou voltar várias vezes.

Fransérgio Goulart: Não se assustem com a gente não, porque eu e Giselle somos uma dupla complementar. A gente diverge na mesa, isso faz parte da riqueza da organização.

Giselle Florentino: Então, eu acho que para explicar o trabalho que a gente constrói hoje na Baixada eu vou voltar para como a Iniciativa foi construída, né. A gente era um projeto dentro de outra organização de Direitos Humanos da Igreja Católica e a gente fazia um trabalho sobre produção de memória na Baixada Fluminense. E dentro dessa organização durante nove meses a equipe que fazia parte, eu também, sofremos um processo de racismo sistemático durante nove meses assim. Obviamente a gente tentou dialogar com a coordenação daquele momento, daquela organização, que é o Fórum Grita Baixada. Marcamos diversas reuniões e formações anti racistas com aquela Direção e todos nossos pedidos foram negados. Até que chegou um estopim que foi em novembro. Novembro de 2018?! Novembro de 2018 a gente propôs fazer uma formação anti racista, novembro abolicionista, né, uma data simbólica para as causas da população preta. Sobre formação anti racista para eles, né. E eles não aceitaram. Reivindicaram com o financiador do nosso projeto que “aqueles pretinhos estavam dando muito problema” e que precisavam trocar “aqueles pretinhos”. E quem falou isso pra gente foi a financiadora. A partir daí a gente conversa com os financiadores e pede emancipação da Iniciativa, saindo daquela organização. Antes da gente sair eu passei, aí fui eu mesmo, não foi com o restante da equipe, foi só comigo. Eu passei por uma Santa Inquisição que foram duas horas sendo inquiridas por aquela organização o por que eu estava chamando eles de racistas. E assim eles sabem fazer muito bem Santa Inquisição, já é um traço da Igreja Católica então é um instrumento punitivo que é tradicional assim. E que foi muito duro, eu tava numa sala com mais quatro, mais três pessoas brancas, mais quatro pessoas brancas, o Fran também tava na sala. Me colocaram num semicírculo e eu tive que ficar respondendo todas as perguntas, quase um inquérito policial. E foi bastante violador pra mim assim, mas é óbvio que eu não tava sozinha dentro dessa organização. Tinha outras pessoas pretas e o Fran, a gente conversou e resolvemos emancipar e criar a Iniciativa. E aí muito a partir de um processo, né, de um projeto político anti racista, anti patriarcal, abolicionista penal e prisional. A gente não acredita nem na cadeia e nem nas polícias. E anticapitalista assim e a gente comunga de teorias críticas do Estado, assim, isso pra gente é importante porque é o nosso Norte ideológico de orientação política. Então, a gente sempre coloca isso porque pra gente é um peso que é válido. A gente não produz dados, nem produz memória para pensar melhorias das políticas públicas. Na verdade, a nossa produção de dados é orientada para formalizar um pensamento, um diagnóstico sobre um caso que a gente quer tratar e fazer a incidência direta nele. Não necessariamente passando pelas instâncias do Estado. Então da última vez que a gente estava aqui a gente tava falando sobre segurança privada. A gente fez um diagnóstico do cenário de segurança privada na Baixada hoje e a partir dali a gente passa a atuar. Então a nossa produção de dados é orientada politicamente para fazer uma atuação de um sonho de transformação social. Então a gente não produz nada para virar relatório, né, ou ficar fadado a impressões de papel. A gente quer construir um diagnóstico, uma análise para conseguir pensar uma política ativa.

Fransérgio Goulart: Memória eu que toco mais, né, memória enquanto conceito. Acho que vale a partir dessa narrativa do processo racista, uma das coisas que a gente tem se

deparado é que no momento mais de, mais de oitenta organizações assinaram, né, um documento político que a gente produziu, né, fazendo essa denúncia e tudo mais. E aí, depois disso, gerou um artigo que eu escrevi, né. Que a branquitude se esquece rapidamente quando comete o racismo, né. Então essas mesmas organizações, algumas brancas, ou seja, com o passar do tempo rapidamente esquece e começa a fazer parcerias com essa mesma organização racista. A gente é abolicionista e a gente não é punitivista, então, a gente acha que essa organização pode mudar, né, só que a perspectiva não tem sido essa, né. Você, nem de forma material, os quadros da organização continuam brancos, homens brancos, né. Então, assim, isso durante um tempo adoeceu muito as pessoas negras da equipe, né, porque é quase, falavam assim, né, Giselle tem uma fala que me marca muito que é “Fransérgio, a dor do racismo é uma dor individual”. A gente produziu toda uma narrativa sobre racismo que virou, né, se ampliou, mas no final das contas, depois as pessoas se esquecem, né, que foi esse artigo, tá no site. Depois se vocês quiserem dar uma olhada. O esquecimento da branquitude nessa relação com a memória, né. Como que as pessoas que produzem racismo esquecem rapidamente disso, inclusive as organizações que se dizem parceiras apagam isso das suas memórias, porque, é o que a Giselle fala, eles não vivenciaram. Então a pessoa não vivenciou, ela não vai lembrar que alguém cometeu racismo lá na frente, né. Então acho que eu quis destacar essa questão da memória que eu acho que é importante nessa trajetória, né. O esquecimento mesmo, né, nessa relação de quem produz racismo. Muitas das vezes tem a tendência de primeiro duvidar. Muitas organizações falaram: “será que foi assim mesmo, Fransérgio?”, “será que foi assim mesmo, Joel?”. Joel que hoje é do IDPN, né, trabalhava na Iniciativa. E as pessoas indagavam, as organizações que eram parceiras indagavam: “mas será que foi?”, “será?”. Sempre duvidam da pessoa, né. E isso, esse processo de produção de memória, de sistematização, a gente vê também como às vezes construir memória é adoeecedor, né. Principalmente quando a gente está falando sobre racismo. Principalmente quando a gente também está falando sobre violência de Estado. E aí daqui a pouco eu volto pra falar de memória, que é uma repaginada que a gente deu, né, pra determinado momento da Iniciativa, para falar das dores, mas também para falar das resistências, pra falar das potências, né, frente a essas violações do Estado que eu acho que é importante.

Giselle Florentino: E aí a gente passa a produzir dados porque a gente pensava em atuar na Baixada Fluminense sobre violência de Estado, né. A gente atua muito com desaparecimentos forçados, feminicídios, chacinas, temas leves. É, coisas bobas assim. E aí a gente sempre que procurava dados, informações sobre isso, a gente só encontrava uma narrativa que é a narrativa do Estado, a narrativa do policial que tava naquele Boletim de Ocorrência específico. E a gente nunca tinha uma outra, um outro lado da história que é da mãe, que é da família, que é da comunidade, que tá sofrendo aquele tipo de violação. Então a gente entende...

Fransérgio Goulart: que é do varejista...

Giselle Florentino: Que é do varejista!

Fransérgio Goulart: que é até do campo, que até os direitos humanos, às vezes, critica, né. Todo mundo fala em direitos humanos, eu sempre tenho uma questão concreta que eu materializo que foi uma chacina na Maré, né, que levou a óbito o Eduardo, né, o estudante. É Eduardo, né?! É tanto nome... o Eduardo. E que as organizações de direitos humanos,

todos falam do Eduardo, só que naquele dia da morte do Eduardo quatro outros jovens morreram, executados, foram jogados de um prédio dentro da Maré. E ninguém falou ou poucos falaram porque eram meninos que eram trabalhadores do varejo de drogas, né. Então, assim, essa questão, essas contradições que às vezes a gente pega, né, ou seja, essa seletividade na produção das relações, nas produções da memória e a gente só lembra, né, da foto do estudante com a camisa manchada, né, que é super importante. Só que existe uma outra memória, desses outros quatro jovens que são trabalhadores do varejo de drogas e que ninguém relata, por isso que a gente tá aqui pra lembrar isso, né. Ou seja, dar nome a essas pessoas, né. Então são as contradições que até no campo dos direitos humanos às vezes a gente pega, né, é colocado, e acho que importante a gente falar.

Giselle Florentino: É isso, assim, e é muito assustador que alguns debates de violência a Iniciativa, ela acaba inaugurando algumas sistematizações. Eu acho muito vergonhoso em 2023 a gente ainda falar que é a primeira organização que sistematiza dados de operações policiais na Baixada Fluminense. É a primeira organização que sistematiza dados sobre casos de desaparecimentos forçados e cemitérios clandestinos. Isso é uma vergonha! É, acho que é sinal da opção política que esse Estado faz no processo de genocídio e a tranquilidade que ele não precisa nem argumentar ou legitimar sua própria atuação violenta, assim. É com muita tranquilidade que ele opera chacinas, violações, assassinatos, esquartejamentos, ocultação de corpo, sem nem precisar dar uma justificativa oficial para isso naquele território, assim. E aí pra quem não conhece a Baixada Fluminense, a Baixada Fluminense é uma região formada por treze municípios. Ela é fundada a partir da resistência da Hidra de Iguassú que é um complexo quilombola liderado por mulheres pretas que organizavam inclusive a produção agrícola do estado da Guanabara daquele momento, né. E durante 100 anos foi um dos quilombos que mais resistiram aos intentos da Guarda Real no Rio de Janeiro. Então a gente já, é um problema de segurança pública a partir da organização quilombola daquele território e hoje isso não muda. A gente continua sendo um problema de segurança pública do Rio de Janeiro e a região que tem mais pessoas pretas vivendo nesse território, assim. Então a gente percebe que de fato é uma continuidade histórica de violações que a gente passa por conta do Estado.

Fransérgio Goulart: Não, eu acho que é importante esse mercado, né, dessa memória da Hidra porque se a gente for pegar os livros didáticos, né, e aí você no Ensino Fundamental nas escolas públicas de Nova Iguaçu ou até no Ensino Médio a história que é passada que a fundação, né. Todo mundo já deve ter ouvido falar que Nova Iguaçu é muito a questão dos laranjais, das grandes fazendas. Então, assim, de novo a importância da gente construir um pouco essa memória, essa memória, não é uma outra memória, é a verdadeira memória, né. Porque a gente na Iniciativa sempre se posiciona, a gente não vai falar “é isso”, “é aquilo”. É a verdadeira memória que é a da Hidra de Iguassú, né. Então... ou seja, a Baixada Fluminense sempre sofreu com a violência do Estado. E aí, dentre, daqui a pouco a gente vai apresentar só algumas imagens também, a gente tem produzido muitos memoriais em grafite e um desses memoriais em grafite foi o Memorial da Hidra de Iguassú, né, que traz um pouco dessa história, dessa memória do que que foi esse quilombo. Então tá num espaço em Caxias, mas depois eu posso falar melhor um pouco da própria construção que é numa área de milícia, né. Então... ai vai vir a perguntar, né, como vocês conseguiram construir isso. De vez em quando mesmo a gente faz umas loucuras, mas... quase sempre, né, mas a gente vai fazendo.

Giselle Florentino: Eu acho que esse debate do Fran sobre metodologia é importante porque todo mundo questiona muito. “Ah, mas qual a metodologia que vocês utilizam?”, “Sistematização de dados através de Inteligência Artificial?”, “Vocês fazem tipo um censo?”, “Formulário?”, “É amostragem?”, “De onde é que vocês conseguem essas informações?”. Essas informações vêm de moradoras e moradores dos territórios. A gente tem um leque de possibilidades para essa informação chegar. Desde o WhatsApp, no WhatsApp de denúncia da Iniciativa, até as formações que a gente faz direto no território e as pessoas nos buscam para passar, né, informações e depoimentos e, às vezes, até um desabafo sobre as violações que estão acontecendo. Eu lembro que já durante a ADPF a gente já tava sistematizando as operações policiais e teve uma mega operação policial em Belford Roxo para implementação do Destacamento da Polícia Militar lá no Batalhão e que era uma mega operação que tinham duzentas, duzentos policiais, dois helicópteros, quatro caveirão, zilhões de viaturas. E na hora que um policial, que um grupo de policiais adentrou uma casa específica em Belford Roxo a gente recebeu o vídeo do ao vivo que um dos meninos do varejo tava com a sua companheira dentro da casa com mais dezenove meninos e falou: “os caras estão entrando, me tira daqui se não eu vou morrer”. Só dava tempo de ver no vídeo cinco Policiais Militares passando e depois de 1 hora a gente recebeu a notícia que os vinte e um meninos foram assassinados dentro dessa casa. Então é com esse tipo de violação, com esse tipo de coisa que a gente atua. E aí, como é que pensa possibilidade de proteção? Como é que pensa possibilidade de denúncia? Eu acho que o dispositivo de memória ele é multifacetado por isso, porque ao mesmo tempo que ele é dispositivo de denúncia ele também pode ser de enfrentamento ao Estado, de manutenção do legado. Ele pode ser um refresco, uma coisa pra essa mãe, vítima, que perdeu seu filho, né, mas que tem uma intervenção na rua, um grafite, uma placa que lembra a memória e o legado do seu filho. Então eu acho que o dispositivo ele pode ser utilizado sobre as mais variadas condições, assim, que a gente possa ter metodologias criativas para pensar como é que a gente guarda, inclusive, uma memória que ela não é escrita, né, que ela não passa por publicação, que ela tá na rua, que ela tá nas falas das pessoas, né. Ela é recontada por esses familiares. É... que eu acho um dispositivo muito... com muita potencialidade pra ser utilizado e que a gente utiliza pouco porque a gente ainda fica muito preso no “o livro vai contar nossas memórias”. A gente construiu um documentário sobre desaparecimentos forçados, que a minha Yá, que é minha mãe de santo e que é uma parceira da Iniciativa hoje, ela fala sobre... que os nossos corpos são os nossos livros e que os nossos corpos contam as nossas histórias. Não necessariamente precisa ter ali a palavra escrita, publicada, para que seja verdade ou que seja recontada para que não caia no esquecimento.

Fransérgio Goulart: Só trazendo um pouco essa perspectiva da memória, porque quando a gente pega essa coisa da memória, essa relação com a história, sempre às vezes, né, o que é memória, o que é história. E se a gente pegar muito no viés, né, da institucionalização do que os próprios movimentos construíram na luta por memória, né. Vamos pegar aí uma questão da, né, do processo da ditadura. É muito uma questão, né, dos próprios memoriais, né, dessa coisa palpável, ver, né. E aí os movimentos de mães, ou seja, e outras pessoas em diálogo tem demonstrado que memória é o que o William tá fazendo hoje aqui, né. Quando tira uma foto, né. Então... a gente tem um fotógrafo que é super parceiro, que é o Rafael Daguerre, que ele fala “toda hora que eu tô fotografando eu tô produzindo essa memória”. Então os nossos dados, né, a partir do protagonismo dos moradores, isso é produção de memória. Não é apenas uma produção de dados porque esses dados vão

contar uma história que muitas das vezes não é vista em lugar nenhum, né. Então, uma foto, ou seja, memória não pode ser só imaginário. Ou seja, o imaginário do senso comum é de construir um memorial e a gente trabalha nessa perspectiva também e a gente vai mostrar aqui, mas também trabalha nessa perspectiva de entender outros dispositivos como a produção de dados, né, como uma imagem em foto, né, como memoriais. Eu sempre cito, né, e aí eu acho que a Giselle já falou, eu acho importante...

Fransérgio Goulart: Essa aqui é da Hidra de Iguassú (apontando para o slide). Nossos materiais são lindos, gente. Eu não sou nada [não identificado].

Fransérgio Goulart: É, como a Giselle falou... ou seja, esse processo da memória, né, vai sendo construído com os moradores. Então esse memorial aqui, né... Aliás, foi muito engraçado porque a gente fez uma articulação com uma organização... a gente é uma organização da Baixada, mas a gente... o memorial foi em um espaço em Caxias, com uma organização de Caxias e foi muito interessante porque a gente tinha feito uma série de programação. A gente ia passar o filme de desaparecimentos forçados e determinado... só que era num território de milícia. Quando a gente chegou lá a gente mudou tudo, né. Essa atividade aqui (apontando para Grafite da Hidra de Iguassú)... E aí essa organização trabalha muito com criança então foi super positivo, né, mas depois também a própria organização foi provocada pela milícia para tentar entender que dragão era aquele, né. Então... a presença nesse espaço das Igrejas Neopentecostais e a relação com as milícias depois... No dia funcionou muito legal, a criançada perguntava, a gente contou a história da Hidra, né, ou seja, foi produzindo uma [não identificado]. Mas depois a organização foi questionada, né. "Que bicho feio era esse?", "Que bicho feio era esse do capeta?". E aí, claro, né, a organização tentou didaticamente apresentar, isso aqui é história, mostrou o livro que tem, conta essa história. Mas eu acho que é... adquiriu uma importância, né. E aí acho que essa diversidade, né. A gente constrói os memoriais e aí eu sempre digo, era isso que eu ia falar, pra gente se o Estado, isso é uma verdade da Iniciativa, se o Estado é uma máquina de violar direitos, não é o Estado que vai produzir memória e vai garantir memória. São os corpos da população negra. E aí eu cito sempre um exemplo, né. Você nunca viu o Estado brasileiro, a gente luta por isso né, várias organizações aqui, a gente também participa do Fórum Popular de Segurança Pública, o LabJaca, né. Tem um caso Nova Brasília, julgamento nas Comissões Internacionais e fala para o estado construir um memorial dentro do Complexo do Alemão para que aquilo não caia no esquecimento. Até hoje mesmo com a medida internacional. A gente vai deixar de lutar?! Não, mas na Iniciativa a gente não se ilude, né, porque historicamente, e aí esse diálogo dos corpos, né, esses corpos que são a produção da materialidade da memória. E eu sempre cito as mães e os familiares de vítimas da violência do Estado. Se o Estado produz a violação, ele não garante e não produz memória, as mães quando colocam os rostos de seus filhos nas camisas e vão para os espaços mais privilegiados da política, que é a rua, elas estão produzindo memória. Então... ou seja, a gente precisa entender isso. Essa memória também, vamos dizer assim de transitar, né. Não essa memória fixa de um local, de um, ou de um memorial, né. Mas que os corpos transitam e ao transitar eles estão produzindo memória. E essas mães, né, é a representação máxima da produção de memória, né. E um outro espectro, uma mão trabalhou um tempo na Iniciativa, a Nívia Raposo, e ela trouxe uma discussão que é muito, que entra no debate também da subjetividade e da... não é que não é material, mas que ela falava assim: "Fransérgio, depois que a gente produziu um memorial aqui, né, na rua onde que eu morei, na rua onde que meu filho, né, brincava com

os amigos, os meninos sempre lembram, né, do meu filho, sempre passa e tudo mais, mas sabe o que que mais lembra o meu filho?! Não é o rosto dele no muro da minha casa. O que mais me lembra é ver um jovem amigo dele passar com o mesmo cheiro do perfume do filho dela. Ela já está num momento que ela ressignificou a dor. E aí ela traz essa memória afetiva do cheiro e ela escreveu isso, né. Então, de novo, eu quero trazer uma discussão pra além dessa questão mais material mesmo, né, como a gente vê a memória, né. Aqui a gente tá vendo o material, mas essa narrativa, esse texto que essa mãe escreveu é produção de memória. Ela narra essa memória afetiva, né, do sentir, do lembrar do filho dela a partir dos amigos dela que durante muito que durante muito tempo, nesse texto ela fala, durante muito tempo foi dor pra ela e que agora ela vê como uma outra coisa. E um outro, e aí isso no que ela traz, era que o filho dela gostava muito de planta e era ele que cuidava da planta, né. Então ela também narra que o jardim da casa dela, ela todo dia, é o lugar mais sagrado da casa dela do cuidado, porque aquilo ali produz memória, memória mais de, né, como era o filha dela. Então acho que essas questões são de suma importância.

Giselle Florentino: Fran (aponta para o slide)

Fransérgio Goulart: Ah, você quer que eu conte o caso do memorial?! A gente tem um memorial... Hirata, fala aí! É, um memorial...

Daniel Hirata: Bom você me lembrando de lembrar.

Fransérgio Goulart: Esse memorial é o “Nossos passos vêm de longe”. Esse memorial virou ponto turístico e virou mesmo. Eu vou contar a história toda. É, foi um memorial.. e aí eu acho que é um pouco essa virada, né. A gente estava trabalhando muito memorial com familiares, a gente continua trabalhando em memoriais com os familiares dos jovens para lembrar, mas em determinado momento a gente viu que a gente precisava falar também das resistências, né, das conquistas. E esse memorial aqui “Nossos passos vêm de longe” a gente trabalhou lideranças da Baixada, com exceção da Marielle Franco, que produziam resistência ao Estado, né. E aí tem Dona Leonor que perdeu um filho por segurança privada na Baixada Fluminense. A Ana Leoni que produz comunicação comunitária em Caxias. A Rose Cipriano, que é do Sindicato dos Professores, já foi candidata, né, pelo PSOL várias vezes, né. A Fátima que é do MNU. A Mãe Beata, né, militante histórica da Baixada. A Silvia que também é do MNU. A Nívia que eu citei aqui. A Marielle e a Maria, Maria Conga que tem um quilombo, né. Então a gente trabalhou nessa questão aqui, uma outra questão sobre a memória, né, que a gente ouviu muito, mas vê poucas ações que é a produção da memória. Eu nem sei se existe isso, porque uma coisa que a Iniciativa fala é que eu não preciso.. a Iniciativa não precisa da Universidade pra legitimar o que é conhecimento e o que não, né. Às vezes eu falo alguma coisa e vou descobrir que tem conceito, né. Falar um pouco das memórias que estão vivas, né, que eu chamo de memória do presente. Então aqui, nesse memorial, tem pessoas que já se foram e tem pessoas que estão vivas. A maioria estão vivas, né. Então produzir essa memória de quem tá aqui, pra gente é muito importante. Até porque tem um enfrentamento que... a gente ouviu muito nos movimentos de favelas: “po, as pessoas só viram memória depois que morrem, e aí, querem construir um livro, querem não sei o que”. Então a gente ficou com isso na cabeça e a gente começou a construir também essa memória que a gente chama memória do presente. Se isso tem na Universidade ou se não tem, eu não sei. E aí a gente construiu esse memorial.

Boa parte dessas pessoas aqui eram vinculadas a instituições de matriz africana, né. É, quinze ou vinte dias após o memorial, né... Isso aqui fica no Parque Centenário, em Caxias, quem conhece Caxias.. Ele foi totalmente vandalizado, né. Jogaram tinta branca em todos os rostos dessas pessoas aqui, né. E aí foi muito interessante, porque como a gente falou, a gente é uma organização abolicionista e não punitivista, né. Então, assim, como que a gente lidar entre teoria e prática, para a gente isso é muito caro. É, e o movimento negro veio nos procurar porque eles queriam fazer uma denúncia do racismo que a gente identificava como racismo. A gente falou que a gente não iria fazer uma denúncia na Polícia, porque a gente era uma organização abolicionista, a gente não acredita na Polícia e que a Polícia talvez, né, poderia prender uma pessoa que não tinha nada a ver, tudo mais, e a gente é contrário. Mas, pra gente o memorial, a gente construiu com uma série de organizações, movimentos de pessoas. Tá na rua é público, então o memorial que a gente quer é que as pessoas se apropriem disso. Demos pro MNU em Caxias falou assim “se vocês quiserem fazer o boletim de ocorrência, beleza”. Eles foram e fizeram o boletim de ocorrência, a gente não fez. A gente fez uma nota explicativa porque que a gente não iria, né, fazer o boletim de ocorrência e tudo mais nesse processo. E aí é isso, né, essas histórias vão narrando a memória e a história da própria Iniciativa Direito a Memória e Justiça Racial. Em um determinado dia a gente recebe um... como que é o nome?

Giselle Florentino: Foi uma intimação...

Fransérgio Goulart: Uma intimação policial. Sem entender nada. Fransérgio e Giselle, aí tava nominado lá, Fransérgio e Giselle, pra gente comparecer na DECRADI, na Delegacia de Crimes Raciais, aqui no Rio de Janeiro, por causa do memorial. A gente não queria ir, né, mas agora a gente foi intimado. Então a gente foi obrigado a ir. A gente foi obrigado a ir. E chegando lá foi... essa... primeiro, eu sou uma pessoa que circula muito, então a pessoa, a detetive, né, que fez a investigação, a busca de informação, era uma pessoa que eu conhecia. Ela falou: “Fransérgio, que que tu veio parar aqui, Fransérgio?!”. Não sei o que... Trabalhou nas UPPs, enquanto pesquisadora... eu falei: “Me pergunto eu o que você de pesquisadora virou polícia?!”.

[52:12 a 52:17 inaudível]

Fransérgio Goulart: Aí foi isso. E aí ela começou a perguntar... estou terminando... E aí ela começou a perguntar que história é essa de abolição das polícias. E aí eu e Giselle, né, explicamos, né, o que era a abolição das polícias e o porquê que a gente não tinha ido ali. E foi legal porque se tornou um documento oficial da Iniciativa, então a gente tem esse Boletim de Ocorrência com muita honra, né. Ou seja, a gente prestando depoimento para a Polícia dizendo o que que é abolição das Polícias, né. Claro, demos sorte de verdade que era uma detetive que, né, em algum momento da vida cruzou com a gente. Talvez se fosse outro a gente não teria essa mesma sorte. É, mas o que mais me chama atenção ali dessa, dessa coisa que eu contei.. foi que ela começou a fazer a investigação e quando ela chega na investigação ela foi fazer uma busca no espaço onde que aconteceu a depredação. E aí ela escutou dois atores: os mototaxistas e uma pessoa que morava na rua, né. Os mototaxistas falaram assim: “o cara que jogou a tinta veio de um carro pegou e jogou a tinta rapidinho e foi embora”. E era negro...

Giselle Florentino: O balde...

Fransérgio Goulart: O que?

Giselle Florentino: Não, é que teve o balde que ela queria tirar as digitais lá.

Fransérgio Goulart: Ah, o balde, né. Dos baldes... Aí ela falava: “as digitais do balde”, “a gente vai identificar as digitais” não sei o que. A Giselle gosta das digitais, mas eu tô com o tempo curto aqui. Aí ela falando isso, né, e os mototaxistas falaram que era uma pessoa negra. E a moradora de rua falou: “Não, não era negro, não. Era uma pessoa assim da sua cor” pra agente do DECRADI, né. E o DECRADI é uma delegacia de crimes raciais e que a polícia lá é uma policial negra, né. Então teve essa coisa, né, do ser negro, como você se constrói como negro. É, e aí a gente teve a certeza, né. É óbvio que chegou alguém de carro que não foi visto, é... aquilo ali era um projeto, e de novo, né, às vezes a materialidade não quer dizer que representa o projeto político. E se a gente vai na lógica punitivista talvez era mais um negro que estava preso, quando talvez o projeto que levou aquele negro ali poderia estar vinculado com o projeto das Igrejas Neopentecostais, de um supremacia branca. Porque a supremacia branca usa os corpos negros como captar outros corpos negros, por isso, a gente tem que ter muito cuidado e na Iniciativa a gente sempre faz questão de dizer. O cuidado que a gente tem que ter com o debate de representatividade, de como isso é apropriado por quem produz dor, por quem produz terror, né. E aí essa moradora de rua depois disso teve um verdadeiro transtorno. Ela teve que entrar num programa de proteção à vítima e tudo mais porque ameaçaram ela. Assim, foi muito ruim todo esse processo. É, pra gente... a investigação parou porque a gente foi conversando com essas pessoas, mas pra gente antes mesmo da... dessa ida até a delegacia, a gente tinha conseguido mobilizar uma mídia muito grande. Então foi RJTV, matérias ao vivo, jornais todos cobriram a matéria. Então.. ou seja, pra gente o mais importante foi o processo pedagógico que a gente teve a possibilidade de produzir a partir dessa violação, a partir dessa ação racista, né. Então.. porque não vai ser colocando o indivíduo, por isso que a gente é antipunitivista, né, por isso que a gente não acredita nisso, né. em cadeia, em prisões, né. Eu vou prender um ser, eu vou prender um policial. Um policial vai dar jeito numa política de morte, né, tão... É um debate longo que a gente não vai fazer aqui hoje. Chamem a gente outros dias. Mas é isso, queria só para terminar mesmo. Pra terminar mesmo. É que eu tinha colocado todo um texto aqui. É... eu acho que onde nós, né, isso aqui foi uma frase que o Patrick, que trabalha com a comunicação com a gente, num texto que ele escreveu sobre terreiros. Ele colocou: “onde nos cortam, nós brotamos”. “Nossa existência e nossos corpos são os nossos próprios conhecimento. Queremos terminar com duas afirmações: existe uma diversidade de epistemologias oriundas de becos, de vielas, de terreiros, das aldeias, de ruas e encruzilhadas que não é melhor, nem maior do que a Universidade produz”. Que a Universidade ainda, mesmo com o processo de resistência e de cotas no sentido mais nobre do termo, ainda é um espaço mantenedor da elite, um espaço construtor e mantenedor de privilégio de uma parcela da sociedade tanto do ponto de vista intelectual, isto é, da produção, preservação e difusão do saber que domina o campo intelectual, político e cultural e a cada momento, quanto do ponto de vista social, já que é um espaço no qual circula e convivem ainda os filhos da elites políticas e econômicas brasileira. Onde eles também são socializados em um modo particular, hierárquico de ser. E, por último, vou citar uma autora pra deixar a Giselle “pê” da vida. Não é uma autora que eu também não gosto não, mas que é a Hannah Arendt. Ela não gosta, eu também não gosto, não, mas uma frase... é que nem tudo é ruim nas pessoas, né. A Hannah Arendt tem uma fala que é muito legal, uma analogia, que ela fala

que a Universidade funciona como um cólon, né. Algumas pessoas já devem ter me ouvido falar isso. O cólon do aparelho digestivo suga tudo que ela quer e joga tudo pra fora, né. Então essa imagem, pra mim, eu acho que é... a gente hoje está na Universidade, a gente hoje dialoga com a Universidade, mas quanto organização da periferia, a gente tem que tá...tomar muito cuidado com a Universidade. Talvez ela possa tá produzindo essa produção... essa aproximação para sugar tudo que ela precise e depois expelir tudo que ela não quer mais. Então queria terminar com essa fala da Hannah Arendt, que não é nossa “bambam”, mas que eu acho que essa frase ilustra muito essa relação da Universidade com as organizações da Baixada, da favela, da periferia. Obrigado.

Daniel Hirata: Então agora, pelo que me foi passado, a gente abre para o debate, enfim, pras pessoas fazerem considerações. Acho que mais assim, né, no sentido da gente continuar num outro formato mais dialógico, né, da gente conseguir circular a palavra e de repente construir uma dinâmica desse jeito. Então, assim, aberta a palavra para quem quiser. Tem tantas coisas que surgiram aqui, né, milhões de coisas, enfim.

Fransérgio Goulart: Eu vou fazer minha provocação. Eu me sinto à vontade quanto tô na Universidade, quando me chamam. Gente, é.. as pessoas brancas quando ocupam determinados espaços de poder às vezes elas vem pros espaços e se silenciam. A gente na Iniciativa, a gente que vem produzindo conhecimento e memória a gente gostaria muito de ouvir esses corpos brancos, né. Porque são esses corpos brancos, né, que possuem privilégios e muitas das vezes a gente entra numa discussão que “não, vou respeitar o espaço de fala”, né. Então deixa uma pessoa negra falar, uma favelada falar. Beleza! Ou seja, preto, favelado, mulheres, lgpts historicamente foram oprimidos e foram silenciados, então deixa eles falarem. Mas a gente gostaria muito de ouvir, sempre faço essa provocação, os corpos brancos, né. Porque a gente precisa discutir branquitude. Os nossos corpos... eu sou uma pessoa branca, se eu não me entendo como um ser racializado, né, como produtor com simples... ou seja, o meu corpo já produz, né, um privilégio em relação a outro corpo, né. Então assim.. e muitas das vezes as pessoas brancas que tã na Universidade ficam quietas, né, porque aí eu acho que incorpora um pouco essa coisa do ethos que eu falo do ethos pesquisador que tem que observar, que tem que observar, que não tem que se falar, que tem que não sei o que. E aí eu sempre faço essa provocação. Então fiquem a vontade até para criticar. Na Iniciativa a gente gosta das críticas, né, pra gente poder construir um diálogo.

[1:01:28 a 1:01:37 inaudível]

Bianca: É, é até um diálogo que eu já tive com a Giselle, mas que eu queria ouvir o Fransérgio falando sobre, nessa perspectiva de direito à memória, né. E aí, é... Recentemente teve um caso, só pra... um caso que me fez conversar com Giselle, que foi um menino dirigindo um carro voltando do baile do Santo Amaro teve o carro fuzilado. Isso no sábado e no domingo teve um caso emblemático de um menino que tava jogando bola. Não, acho que ele era jogador de futebol. Ele foi também assassinado, era uma criança. Então também teve esses dois casos que ganharam alguma notoriedade, sobre, de assassinatos de corpos negros. E, obviamente, o caso que ganhou a mídia foi o caso do menino porque era um menino, jogador de futebol, porque era uma criança que constituía a narrativa que não poderia ser assassinado. Então eu levei pra Giselle... nessa... essa... no dia essa ideia, assim, essa inquietação. Os corpos que são escolhidos pra que se possam

construir uma narrativa sobre a violência policial. Então vocês comentaram sobre o trabalho com os varejistas, enfim, que denunciaram que tavam sendo assassinados, muitos casos. Então é mais uma provocação mesmo, do que uma pergunta, uma inquietação, não é bem... é isso.

Daniel Hirata: Eu vou fazer o seguinte: vou juntar umas duas ou três blocos que aí ficam mais jogo para comentar [inaudível]

Liliana Sanjurjo: Enfim, também muitas coisas que contaram aqui. Esse tema da memória é um tema que eu trabalho há muito tempo e é um tema que me mobiliza por várias razões. E aí tô pensando, né, a gente escolheu esse tema do Ciclo, né, memória e produção de conhecimento. Eu entendo a memória como uma forma de produção de conhecimento, né. Uma maneira dos grupos, né, dos coletivos, das pessoas, individualmente, coletivamente, olharem pra trás, o que aconteceu a partir das preocupações e questões do presente tendo em vista assim horizontes [não identificado]. Pode ser uma memória que caminha, né, tá direcionada, como a Giselle falou, pra transformação total, né. E aí achei interessante porque, né, vendo diversas experiências e envolvendo, né, com essas experiências a gente vê as inúmeras formas de [não identificado] de memória. Então a gente tem sim as memórias oficiais, hegemônicas, estatais, podem até ser, né, que é aquela coisa do museu, da história dos grandes homens com “h” maiúsculo, público, né, que as instituições fazem. A produção de arquivos, todos serv.. né, os mesmos arquivos servindo como é... lugar de perpetuação, né, e de produção de dominação, de controle social e tal. Mas a gente vê assim pensar nessa... porque eu acho que quando, né, grupos e coletivos estão aqui participando desse Ciclo tão pensando nessas várias formas de produção de memória, não é uma. Então a gente tem aqui: produção de dados quanti, por exemplo; produção de dados qualitativos a partir de entrevistas, de relatos, que é uma coisa que a antropologia, né, sempre trabalhou com as populações que eram lá... era o início, né, de construção dessa disciplina era os povos que não tinham escrita, né. Os povos sem história, falavam, os povos sem escrita. Então assim a memória oral como uma coisa fundamental, né, como uma forma válida de produção de conhecimento. E hoje em dia, enfim, uma série de tecnologias, né. Foto, áudio, vídeos, enfim, arquivos. E a gente pensar em arquivos não oficiais. Então assim, eu fico pensando, depois queria escutar de vocês, lá no lado do LabJaca, lá na Iniciativa de Direito à Memória e Justiça Racial, como vocês fazem essa organização, né, de produção de arquivos, de armazenamento, sabe, pra... pra até pra disponibilizar isso pra mais pessoas, outros coletivos, enfim, pra produção de conhecimento, né. É, a memória como reparação, quando você fala “a gente produz a memória de um jovem morto, seja ele trabalhador do varejo de droga ou não, a gente, eu entendo como uma forma de reparação”, de que aquela vida importa, etc, etc. Quando a gente faz ativismo jurídico. Só da gente participar das ações, é, nos tribunais a gente tá produzindo um documento ali, colocando os testemunhos, colocando documento, produzindo coisa que vai ficar, por mais que a Justiça vai lá, né, e vai falar, que vai ficar por isso mesmo, como costuma acontecer em 90% dos casos. Tá lá registrado que isso aconteceu e que alguém falou “olha, aqui tá provado, enfim, que as coisas não aconteceram da forma como os policiais normalmente... na narrativa dos policiais, né, que vale para arquivamento de inquérito. Enfim, as fotos, né, como veículos de memória. Pensar nas madres que é da onde eu venho, né, essa coisa transparente também minha. As madres colocando seus corpos na Praça de Maio, servindo como veículo ali, ou seja, como produtores de memória, essa memória corporificada. Que elas vão colocar, né, nossos

mortos têm voz. Essa voz que elas ecoam, o corpo sendo motor, né, dessa memória. Enfim. E a memória das lutas, né, que isso eu vi muito processo das Madres na Argentina que era em um primeiro momento elas tentando falar que os filhos apesar de criminalizados, “ah, eram ativistas, então, por isso, morreram, mereciam morrer”. Então “Ah, eram varejistas de droga, então mereciam morrer”. Não, olha, apesar disso eles merecem... pessoas, toda essa construção. E depois quando elas já tinham trinta anos de luta era a memória das lutas delas que servem, né, pra, enfim, formação de gerações, isso tudo, que vão se espelhar, fazer diferente, renovar, enfim, vão servindo isso. Enfim, é mais uns comentários do que perguntas das coisas que me motivaram assim e que vocês colocaram na mesa.

Daniel Hirata: Vou aproveitar aqui também pro, tô vendo os comentários e perguntas do Youtube. A gente está super... [inaudível]. Então, eu queria ler aqui o comentário do Pedro Paulo Pinheiro que tá chegando aí. É, ele diz assim: Estudo numa faculdade de formação de professores e ninguém do corpo docente tem sequer coragem de pisar numa favela. Como podem querer, abre aspas, abrir portas, fecha aspas, pra favela se a docência não reconhece nosso espaço. É a pergunta do Pedro Paulo Pinheiro. E assim que forem chegando pergunt., pergunta não, comentário, enfim, as vezes o comentário serve como mote pra também a gente fazer a conversa. Será que a gente faz mais uma rodada entre nós aqui depois volta a palavra para o público ou alguém quer... Ah, lá tem mais uma.

Lucas Pedretti: [inaudível] Vou aproveitar a provocação do Fransérgio, acho que a Liliana levantou, para recuperar um debate que a gente tem há muito tempo e que você falou rapidinho na tua fala. [1:09:52 - 1:010:01 inaudível]. [...] memória que a gente sabe que de alguma maneira remonta a todo esse processo que a Livi.. a Liliana falou das Madres, da questão da memória [inaudível] instituíram tanto as normativas internacionais, que hoje é a sustentação do que é o direto à memória etc, quanto às bases teóricas daquilo que é [inaudível]. E são origens que tem, enfim, recorte clássico de raça, uma dimensão [não identificado] muito clara e que de alguma maneira segue hegemonizando esse debate de hoje. Quando você falou rapidamente da questão da memória e mencionou a ditadura, eu queria te pedir pra elaborar um pouco mais esse, essa perspectiva crítica em relação a essa origem do debate.

Fransérgio Goulart: Eu acho que CDD e a questão do adulto negro, ambos eram negros, né, mas da criança e do adulto. Então acho que tem, né, essa relação da infância, né. Então acho que assim com todas as questões, eu acho que se tem um movimento que conseguiu algum avanço foi os movimentos de criança e adolescente. Então acho que isso também é um sinal dessa luta do movimento de criança e adolescente, mas na análise da Iniciativa se você for ver pra além disso, né, desse acúmulo, é.. a nossa sociedade, isso daí é muito perverso. Aí de novo o debate das representações, das identidades, como a gente tem que tomar muito cuidado com isso, né. É... porque a gente vem vendo uma produção de hierarquização de dor. Eu acho que isso é um dos pontos pra se investigar. E no caso do menino, o menino veio do baile funk. O que era um baile funk se não um espaço de pessoas que não é legal. O menino, não, era um jogador de futebol. Então... acho que o debate é esse. E aí eu acho que é um debate que precisa ser feito entre nós. Por que dessa escolha? Será que a gente não consegue produzir uma narrativa articulada, uma produção, né, já de memória dessas pessoas que foram mortas, né?! Mas aí eu acho que entra numa discussão que na Iniciativa a gente sempre fala do cuidado que a gente tem que ter com a pós modernidade, né, que assim... E aí a Giselle falou que a gente, né, é de uma teoria

marxista. Então, assim, que eu acho que é um debate que a gente tem que enfrentar. E que eu acho que a gente... talvez se a gente voltar numa discussão e construir um diálogo entre classe, gênero e raça de forma articulada, né. Angela Davis fala em interseccionalidade, a gente fala em articulados. Eu acho que a gente pode talvez produzir algo diferente, problema é que a gente tá fazendo esses debates só com caixas. Ou é raça ou é gênero ou é local de moradia ou é favela. Como se a favela não dialogasse com o resto da cidade. É a favela que estrutura a cidade. A gente não pode olhar a favela só com o olhar ali pra aquele território, porque a favela tá fora daquele território, porque ela que constrói a cidade. Então acho que são reflexões pra gente fazer assim e produzir qualquer tipo de resposta.

Giselle Florentino: Nesse dia a Bianca veio muito angustiada, tadinha... falar comigo. Ela tava nervosa e tal, ela “Giselle, o que você acha da divulgação das fotos das crianças?” né na mídia e tal

Bianca: A divulgação da foto do enterro, né. Das crianças chorando no caixão e foi muito vinculado a foto das crianças.

Giselle Florentino: A Monique Cruz, ela, faz uma defesa sobre isso que é uma revitimização do corpo negro, né. Eu não concordo, não. Eu acho que constrangimento público ele é pedagógico, ele educa. As pessoas se sentem impactadas...

Marcela Toledo: As pessoas precisam ver, né.

Giselle Florentino: É! As pessoas precisam entender o que tá acontecendo. Tá muito restrito a família que teve que ir lá no enterro, [não identificado] no ao vivo... Então a comunidade inteira tem que ver e saber qual é a dor, qual é o processo, como é brutal pra aquela família...

Marcela Toledo: E aquilo vira realidade de novo.

Giselle Florentino: Exatamente. Mesmo mostrando, distribuindo, publicizando, eu acho importante ter esse movimento para as pessoas terem noção do que um assassinato de uma criança ou de um jovem, se é do varejo, se é envolvido, se não é, eu acho que ninguém tem que morrer por motivo nenhum assim de letalidade policial, de operação policial, de conflito entre facções, conflito entre milícia, eu não acredito que ninguém mereça morrer sob esse aspecto, então... Eu entendo que a utilização política daquelas imagens pra mim fazem sentido sobre um constrangimento público, uma pedagogia mesmo. Então pra mim aquilo faz sentido. Agora eu sei que tem alguns campos e algumas pessoas que defendem que é revitimização, que é exposição, é uma vulnerabilidade da criança ou do adulto ou da família que vai... acho que é algo, uma discussão importante. O que eu coloco é que eu acho válido. Mesma maneira que a gente discute...

Fransérgio Goulart: O que é público e o que é privado, né. As discussões voltam. O que é público e o que é privado? Eu acho que a gente precisa voltar nas discussões velhas, sabe. O público e o privado.

Giselle Florentino: Sabe por que?! Se não a gente fica num mundo que não é real, gente. Se eu abro o WhatsApp agora eu tenho pelo menos cinco fotos de dois esquiteamentos,

três assassinatos. E as pessoas tiram foto, filmam, mostram o sangue escorrendo, mostram o corpo cortado. As pessoas consomem isso. A gente precisa ter essa ideia que os grupos de WhatsApp, hoje, de bairro, de favela e de periferia estão falando “ih, morreu não sei quem aqui, ó” no ao vivo. Então, é sair um pouco da casinha do achar que é mais ético ou ideal, porque o ideal não está acontecendo. Está acontecendo a carnificina ampla e que as pessoas consomem bastante, já que elas já estão consumindo que seja pelo menos politizado. E aí eu penso assim.

Fransérgio Goulart: Não, e aí só pra Lilian, né, os arquivos... O site tem todas essas produções, então, né, desde as produções quantitativas, qualitativas, a incidência que você colocou que eu acho que é importante, né, desse ativismo jurídico, né. A gente é [não identificado] da ADPF 635, né. Então a gente tem toda essa memória da construção, então tudo isso você encontra no nosso site.

Giselle Florentino: Mas se a gente for hackeado acabou...

Fransérgio Goulart: É, se for hackeado acabou.

Giselle Florentino: A gente até tem alguns backups salvos por aí pela vida, mas se o site hoje... porque é isso, o Fran, por exemplo, ontem me ligou falando “o site está sendo invadido, olha o site”, porque a gente já recebeu invasão. Aí eu fui lá ver nanana no aplicativo não sei o que, tá tudo bonitinho. A gente tem alguns backups salvos, mas assim... nuvem do Google Drive, nuvem do Mega. A gente até, em um dado momento, fez uma discussão com a Anistia Internacional sobre colocar nos servidores gringos, só que assim, era uma burocracia tão grande que a gente desistiu no meio do caminho.

Palloma Menezes: Desculpa interferir, mas é que uma das iniciativas do [inaudível] pra guardar esses materiais no arcabouço do Dicionário da Fiocruz, né, que é uma instituição que eu acho que tem bastante tradição e uma equipe tentando proteger virtualmente seus dados, né. Então a gente poderia avançar nessa discussão de criação de repositório de saberes populares que é uma iniciativa de tentar ter um espaço virtual seguro, porque até o que a gente posta no Youtube hoje que a gente acha que tá lá vai tá para sempre, como esse vídeo de hoje, se amanhã o Youtube resolve tirar do ar a gente perde toda essa memória que tá aqui, né. Então acho que continuar avançando nessa discussão sobre memória é o que eu acho que é bem importante. A gente, em alguma medida, tá tentando fazer com o curso de acervos que a gente tá produzindo na Fiocruz que a gente tem que continuar conversando depois.

Fransérgio Goulart: Pedro Paulo e o Pedro, né. O Pedro Paulo falou, né, do curso de formação de professores como abrir portas de favela. Pedro Paulo só tem um dispositivo: pé na porta. Mas pra fazer o pé na porta você tem que articular por fora antes, né. Esse debate dentro da Universidade, né, de produção de conhecimento, de epistemologia não foi fácil de se fazer. Ainda não é. A gente, recentemente, a gente lançou uma publicação sobre segurança privada que uma pessoa da Universidade veio questionar a nossa metodologia. Então, não é fácil de se fazer. Então acho que assim é muito mais organizar um fluxo de fora pra dentro se você quer escutar dentro, ou seja, como que você faz isso nessa relação com favela e Universidade; Universidade-favela, do que... não existe gente. Pra Iniciativa não existe avanço sem tensionamento, a gente é crítico da política do consenso. Quando a

gente vai no espaço e tem muito consenso é que a coisa não tá boa. Todo mundo falando a mesma coisa, todo mundo amigo... a gente pode ser amigo, mas temos diferenças. Toda hora fala que a gente é diferente, “não, somos diversos”, “viva a diversidade”, mas diversidade precisa ter contradições, precisa ter, né, esse processo. Então é isso. E com relação a essa origem hegemônica da memória, né, muito a partir da ditadura eu vou fazer um tema que pra gente é muito caro que é desaparecimentos forçados. É... a gente produz boletins, né, anuais, sobre desaparecimentos forçados. E um dos papos, a primeira coisa que a gente começou a produzir sobre desaparecimentos forçados foi dizer que desaparecimento forçado não é uma categoria fundada na Ditadura Militar, porque desaparecimento de corpos, o Estado Brasileiro, né, o Estado, ou seja, desde a invasão do Brasil, ou seja, a gente é forjado em técnicas e dispositivos de produções de mortes. Os desaparecimentos já aconteciam desde a África, ou seja, tirar aquele corpo de lá, os corpos que desapareceram... Você dizer que esse processo hegemônico começa na ditadura.. e foi muito bacana, porque o grupo “Tortura, Nunca Mais”, que a gente dialogava muito sobre isso, eles não topavam esse debate, né. E era muito engraçado, que agora às vezes a gente está com eles e eles falam: “não, é da ditadura, mas também lá de trás”, “os africanos não sei o que”, “os povos escravizados”. Então, acho que de novo, não existia. Mas como o pessoal do grupo “Tortura, Nunca Mais”, com o pessoal da ditadura eu acho que assim a gente conseguiu construir um espaço nessa relação, né, e outros grupos de colocar essa questão e ninguém ficar ofendido, entendeu. No primeiro momento gerou um incômodo, né. Giselle que falava, né. Falava com o Rafael do “Tortura, Nunca Mais”: “Para, Rafael! Que coisa de ditadura, ditadura, isso começou antes” e tudo mais, né.

Giselle Florentino: Não, é que ele falava assim: “mas como é que eu vou dizer pros meus velhinhos isso?”. Aí eu: “com a boca”.

Daniel Hirata: Os meus velhinhos (risos).

Giselle Florentino: Chega lá e fala. Não é exclusivo, a violação não é exclusiva.

Fransérgio Goulart: E aí eu acho que é isso. Acho que, de novo, ou seja, qual é a história que vão sendo contadas. E que bom que a gente tem o grupo “Tortura, Nunca Mais”, que a gente tem filhos, né, de desaparecidos, né, da ditadura, que tão contando a história, né. Só que a gente precisa entender porque que outras histórias não foram contadas, né. E se eles querem se aliar agora, né, eu acho que tá na hora, né. E eu acho, assim, eu acho que esses grupos se colocaram à disposição, né, ainda mais agora. E aí eu acho que isso foi o avanço, né. A partir dessa coisa do passado-presente, pensar no hoje também que é os desaparecimentos da democracia, né. Ou seja, a gente não situar, a gente precisa talvez a partir do acúmulo, né, dos movimentos da ditadura militar, ver o que que deu certo, o que que são os desafios pra gente dialogar com o anterior e com o agora, né. E eu acho que essa troca, assim, sem hierarquia. Mas, de novo, teve que ter incômodo, teve que ter incômodo. Quer ver uma pessoa que.. que.. que é super parceiro, vai tá aqui, né, que eu vi que o Radar da Favela... a gente escreveu agora na revista do Radar da Favela sobre desaparecimentos... o Fábio Araújo. Ele fala: “ai, Fransérgio, mas vocês querem marcar que começou lá no processo atrás, como que eu vou falar isso... eu quero falar da milícia”. Fala da milícia, a gente também tá falando da milícia. Mas enquanto historiador eu tenho que falar que isso não começa agora. Ele: “não, mas não vai ficar difícil.. não vai ser difícil a

gente pautar os desaparecimentos forçados que ainda é uma disputa, ainda não é nem categoria e não sei o que”, “será que pautar”...

Giselle Florentino: Não, porque o debate que o Fábio falou com a gente que eu achei supe... e depois a gente vai conversar, Palloma.. super válido.

Fransérgio Goulart: Não, parceríssimo, parceríssimo!

Giselle Florentino: É. É que ele fez a crítica assim: tá, se tudo é desaparecimentos forçados a gente perde a especificidade da categoria, porque ela atravessa o tempo histórico. Tá, mas acho que existem dispositivos de desaparecimentos forçados diferentes no período democrático, no período da Ditadura Empresarial-Militar e no processo de colonização, mas o dispositivo de terror ele não é exclusivo de um período específico. Ele pode ir se reatualizando, inovando. Tirando, alguns, alguns tipos de atuação que diferem de um tempo histórico pro outro, mas o debate em si acontece. E aí eu liguei pra Gabi de São Paulo. E falei assim: “Gabriele, você concorda com esse negócio que o Fábio falou? Aí ela falou: “Não, não concordo não. Acho que é debate sobre colonização que a gente tem que fazer sim, que é importante, sobre guerras coloniais e nãñã”. E aí a gente tá no meio desse debate agora. É válido esse debate, não é?! A historização da categoria vai perder o sentido? Porque, assim, os desaparecimentos forçados hoje em áreas de milícia tem, por exemplo, tem esquartejamento e tem decapitação. Não necessariamente isso na colonização acontecia.

Marcela Toledo: A técnica, né.

Giselle Florentino: A técnica, né. E, assim, desaparece num dado período de tempo e depois o corpo é encontrado ou é devolvido, deixa de ser desaparecimento forçado? Que era o debate que eu tava fazendo com o Fábio. E aí tanto que lá na RAM todo mundo ficou assim na hora do almoço “é, e aí vamos fazer... o que que se faz com isso?” Mas eu acho que é uma discussão em aberto, assim. E isso é o mais valioso no role.

Marcela Toledo: É, eu ia falar muito sobre isso também, assim. Eu acho que a gente vive maneiras sofisticadas também de fazer regime, né. Acho que isso é muito vinculado a lógica mesmo racial que a gente vive, principalmente, nos territórios de favela. Que é essa maneira de fazer os corpos serem precarizados cada vez mais, né. Eu acho que isso é muito importante, acho que essa [não identificado], pensar quais são as mortes que realmente importam, né, são válidas e são vistas, que podem ser choradas na televisão e quais não podem ser pela questão [não identificado]. Acho que é muito importante de ser pensado. E me sinto contemplada pela fala.

Daniel Hirata: [1:25:11 a 1:25:19 inaudível] Vamos lá.

Palloma Menezes: Eu queria pedir pra vocês falarem um pouquinho mais e aí talvez até o próprio Daniel participou do processo da importância da ADPF, que eu acho que resulta de um processo histórico de muitas lutas, de muitas batalhas e acabou gerando uma série de repercussões, mas eu acho que pra gente pensar esse momento de tanta violência, de inflexão é... na, nas dinâmicas de violência do Rio de Janeiro mesmo que eu acho que o GENI tem trabalhado a partir de vários conceitos, como o das megachacinas, da

quantificação das chacinas, da própria expansão dos grupos armados em outros territórios da cidade. É, como que a gente pode pensar essas mudanças a partir da ADPF como esse ponto também de inflexão e de um momento de militância que é jurídica por um lado, mas que é um acúmulo de militância política em muitas instâncias, né, na base de muitos movimentos ao longo do tempo?!

Giselle Florentino: Esse debate é o Fran que vai ter que fazer, porque eu saí do grupo. Hirata... [inaudível]

[1:26:19 a 1:26:44 inaudível]

Fransérgio Goulart: Acho que as três organizações podem falar disso, né, que é bacana. Acho que tem essa questão... [inaudível] as Ações, né, de Descumprimento Preceitos Fundamentais no STF, historicamente, né, não tem a participação de movimentos de favela e de movimentos de mãe. Então, eu acho que de fato tem algo inédito, né. Ou seja, e aí a gente faz questão de dizer: fomos a primeira organização da Baixada Fluminense que chegamos ao STF. Como as redes de mães foram as primeiras experiências de chegar ao STF. Então tem uma série, tem isso, né...

Giselle Florentino: Não chegaram com assinatura, né. Acho que o grande rolê da ADPF é esse. Não chegaram assinando, apoiando, chegaram protagonizando o debate, porque era feito uma discussão, um debate anterior sobre como seria a estratégia e atuação. Isso eu achei muito, muito...

Fransérgio Goulart: Então, eu acho que, eu acho que por essa situação eu acho que é super exitosa e tudo mais. Mas acho que tem algumas questões aí, muito do lado da Iniciativa, né. Tipo, a primeira conquista, vamos dizer assim, do Covid, quando, quando ele dá uma liminar suspendendo as operações policiais em termos... no contexto de Covid. O Joel, que é do Instituto de Defesa da População Negra, era nosso advogado, ele acompanhava, eu também, era eu ele ele que acompanhava. Aí ele veio: "Fransérgio, conseguiu uma liminar! As operações policiais agora vão acabar!". Aí eu: "Joel, querido, você viu que o Fachin é do Supremo Tribunal Federal, então ele também não vai dar tudo, não. Você viu que ele botou ali? Ele botou uma vírgula, excepcional". E a gente, na Iniciativa, a gente diz que a gente não pode ser emocionado na política. Mas a galera toda falou "não, legal, vamos comemorar!". Comemoramos juntos, mas sem entender o que é o Estado, porque o Estado gosta violar direitos. Primeiros três meses, GENI, Iniciativa, Redes da Maré que são as organizações que, né, vem trabalhando com a categoria operações policiais, as operações policiais diminuíram. E aí a gente fala "que bom que diminui, né, a letalidade", efeito da liminar? Hipótese um: sim, pode ter sido, mas a gente também tava no Covid. Então a gente tem dois campos de entender a diminuição da letalidade. Então é, eu acho que foi efeito da liminar, mas também teve efeito do Covid ainda. A própria polícia não tava produzindo tantas operações por uma questão de...

Giselle Florentino: Isolamento social.

Fransérgio Goulart: de saúde, né. Então acho que é isso. E aí eu acho que a partir daí a gente começa a ver, eu acho que aí é a possibilidade da gente debater de igual para igual, assim, com a galera. E isso daí ficou, né... aí as pessoas falam, né... nem sei se é ético

falar isso.. não, mas eu já falei isso no outro. É, o que é ético, o que não é... a gente sempre fala nosso posicionamento. Durante muito tempo houve uma grande mobilização na ADPF que a gente conseguia botar movimentos de mães, de familiares, todo mundo engajado, discutindo, tretando, né... “não, não concordo” e tudo mais. Mas em um determinado momento houve um determinado esgarçamento com a disputa com as assessorias jurídicas das organizações de fora, que não era de favelas e de periferias. É..que parecia, não estou falando que é isso, que parecia, muitas das vezes, querer se validar sobre o conhecimento jurídico para validar o seu posicionamento com relação ao movimento que deveria tomar, né. Isso acho que esgarçou um pouco as relações. É.. e que a gente, que a gente fazia essa avaliação, com mães, familiares e a gente via movimentos que estavam saindo e tudo mais. Aí é uma hipótese nossa, a gente não sabe se é isso. E eu acho que é essa questão, mas a ADPF pra além dessas questões internas e externas, a gente produziu uma questão coletiva com todas essas, todos esses desafios pra pautar algo que a gente não conseguia dar materialidade. Hoje tem, hoje tá todo mundo discutindo e por isso eu gosto dos processos pedagógicos. Eu gosto de processo, não gosto de ficar vendo o final, não. A Giselle quer já a materialidade.. pá, né. Eu gosto dos processos. E aí eu falava pra Giselle: “Giselle, olha só! Tá todo mundo discutindo letalidade policial”. A Giselle: “Claro! Ó o que a organização que não é da ADPF... tá falando merda”. Aí a Patricia Oliveira da Redes fala: “Olha, Fransérgio, a gente tem que controlar essa organização, vai ferrar a ADPF”. Eu falei assim: “Patrícia, Giselle, isso é o processo pedagógico! Que bom que todo mundo tá discutindo tá, todo mundo, né, a gente ampliou pra discutir letalidade policial”. Agora cabe a gente, as organizações da ADPF, e aí eu acho que a gente não quis fazer, porque aí joga formação aí é com os movimentos sociais... por que que o jurídico, no seu espaço de privilégio e branquitude, falam assim “vamos fazer um processo de formação com outros coletivos que não fazem?”. E aí também não fez, né. Fica no seu espaço de privilégio. Mas eu acho que essas coisas... então, a gente tá aí até hoje, né. Então a fala.. a fala do... as falas dos gestores, as falas, né, ou seja, todo mundo gerou um incômodo mesmo assim. Hoje, imagina o Rio de Janeiro se não fosse a ADPF 635. Na chacina do Jacarezinho o que foi citado era “os ativistas”, “os jurídicos”, “a ADPF”, “defensor de bandido”, né. Isso eu comemoro. É muito, é muito resultado simbólico mas que eu acho que é importante, né. Se isso vai mudar a materialidade, eu acho que cumpriu três meses e depois a gente vê os indicadores.. a ADPF não tá conseguindo fazer esse enfrentamento. E aí eu acho que a gente tá sempre tentando organizar, tá sempre tentando, pautando o plano. Fruto da ADPF, hoje a gente tem o Fórum Popular de Segurança Pública, né, que a gente viu que a ADPF discute letalidade policial, mas segurança pública não é só letalidade policial, né. É desaparecimentos forçados, é milícias, é varejo de drogas, é política de drogas. Então, o Fórum é derivado da ADPF. Se não tivesse existido a ADPF não teria Fórum Popular de Segurança Pública, né. Então acho que tem muito esses resultados. Agora na prática, né. E aí eu acho que tem uma coisa pra terminar que eu acho que a gente perdeu um pouco de vista porque a gente sempre quer materializar e eu gosto de ficar tentando ver os percursos do que que chega, do que que chega primeiro. Ou seja, e isso era uma discussão quando as organizações de favelas e os movimentos de familiares estavam mais presentes na ADPF que era: “A ADPF não pode virar a parafernália das câmeras”. E isso foi, eu vou falar enquanto organização da Baixada, a gente perdeu. Somos contra as câmeras? Não, mas eu acho que tem outras discussões na ADPF que a gente pouco explora. Perícia Independente, né. Desde o caso Nova Brasília não pode ter operação nos espaços que tenha escola, saúde, a gente não consegue. Aí a gente tá fazendo o que?! A gente tá tentando fazer isso pelo Fórum Popular de Segurança Pública.

As pautas que, não é que saíram de cena, o Estado tem que dar conta disso na discussão do plano, mas tudo virou câmera. E, de novo, aí eu acho que é uma questão, câmera não é, aí é a Iniciativa, não é uma proposição da favela, porque a gente já é vigiado, a gente já é monitorado o tempo todo. E recentemente no grupo de trabalho de Defesa da Cidadania do Ministério Público Federal, a gente teve uma surpresa, porque a gente sabe que o Estado resignifica tudo, né. A policial civil que foi apresentar o cronograma pra gente da implantação das câmeras na Polícia Civil falou assim: “mas a gente tem um novo projeto que é muito melhor do que as câmeras na Polícia Civil, é implantar câmera na favela, porque aí o policial não poder burlar. Imagina, câmera no Jacarezinho, não sei o que”. Ela falou. A gente saiu disso da reunião e a gente teve a confirmação sexta-feira. E aí eu quero pagar pra ver se isso vai acontecer na Muzema. E vai começar um projeto experimental pela Polícia Civil no Cidade Integrada e começa pelo Jacarezinho. Então, no Jacarezinho vai ter câmera colocada pela Polícia Civil. Então, de novo, pra gente, por isso que a gente brinca dessa coisa, né, a gente entra muito rapidamente nas discussões e a gente precisa qualificar, né. O GENI fala sempre muito isso também de qualificar o debate. Às vezes o tempo político, às vezes a gente quer pegar essa tal da oportunidade da janela. “Vamos, vamos, vamos”. Gente, já era. Já tá lá. Trocar a roda do carro andando, a gente sempre tá fazendo isso. Mas se a gente não consegue qualificar o debate, né, é uma questão. Mas, de novo, a gente é um inscrito da ADPF, a gente tá junto, a gente tensiona, a gente constrói, a gente passa informação, assina petição, tá junto, não saímos da reunião. Algumas organizações se afastaram, a gente não se afastou, a gente tá sempre ponderando, fazendo uma provocação, né. A gente e a Rede Comunidade contra Violência, quando a gente coloca, a gente sente que por vezes causam um constrangimento, mas a gente tá aqui não é de paisagem, então, pra às vezes constranger mesmo. Bater o pé na porta com educação tudo mais. Uma coisa que eu quero colocar aqui, porque eu falo isso público, o autor da ADPF 635, eu já falei isso pra ele, né. O Daniel Sarmiento. É uma pessoa que mudou muito do início da ADPF pra cá e mudou pra melhor. Mudou pra melhor, porque começou a entender seu espaço de privilégio de branquitude, entendeu. E eu posso dizer que é um parceiro. Anteriormente todo mundo desconfiava dele. Então acho que, de novo, assim, quais são os resultados? Essas coisas, né. Essas relações que a gente vai construindo. Então assim a gente confia no Daniel Sarmiento quando ele tá fazendo, porque agora ele já dá o espaço de ser criticado. Então assim são pequenos avanços, mas que tá aí... vamos continuar incomodando.

Giselle Florentino: Quando terminar a ADPF eu queria aquele episódio do Big Brother Brasil de lavagem de roupa suja. (Risos) Ia ser muito interessante. Acho que o Hirata é a pessoa com maior paciência que eu conheço naquele grupo.

Daniel Hirata: É porque eu acho que é uma coisa... eu sou a favor de amplas articulações, não do consenso, de amplas articulações, onde a dissonância pode se fazer e tal. Se for pensar assim... como que eu vejo a coisa da ADPF no sentido mais geral assim. As duas coisas que tavam.. eram agravantes naquele momento. Primeiro, não sei se vocês concordam, é um pouco a minha avaliação, você tinha uma, uma, uma articulação ainda, que tinha melhorado por conta da Intervenção Federal, mas que via muita briga por causa das UPPs, no período anterior. Muitas, muito pouco, muito pouca coalizão grande mesmo, porque as UPPs foram um momento de, enfim, de divisão, né enfim, das pessoas. A Intervenção começou uma coisa de juntar um pouco mais e tal, mas acho que ADPF cumpriu um pouco esse papel e é por isso que eles estão falando do Fórum, enfim, que o

Fórum veio da ADPF. Eu acho que é isso, né, veio dessa possibilidade da gente estar todos juntos e é muita gente e muita gente diferente, né. E, bom, se for pensar, né, enfim, e aí o segundo elemento contextual da ADPF que eu acho importante mencionar, né. Quer dizer, por que uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental movida lá no Supremo Tribunal Federal? Gente, é uma razão, pra mim é muito claro. A gente teve o avanço do autoritarismo de uma maneira muito violenta, né, enfim, aqui no Rio... no Brasil em geral e no Rio de Janeiro em particular. A gente não tinha mais possibilidade de mediação política de processamento do conflito social, tá certo. Não tinha isso.

Fransérgio Goulart: Nem Secretaria.

Daniel Hirata: Nem Secretaria, as polícias se autonomizaram, tá tendo um governo de extrema direita que tá na sua segunda gestão. Antes também não era muito melhor, mas enfim, as formas de articulação, né, o Conselho Estadual de Segurança Pública, ele tem os nomeados pelo governador, ou seja, não tem sentido participativo nenhum. Não tem diálogo, quer dizer... Quando você esvazia a esfera propriamente política o que vai sobrar é defesa jurídica e acho que foi por isso, enfim. Não à toa, né, enfim, se fez a ADPF porque era o meio que foi possível canalizar, né, enfim, essas energias dos descontentes, vamos dizer assim. E isso produziu uma articulação interessante. Então eu tendo a ver a ADPF um pouco dessa maneira. Aí eu acho que como toda boa articulação ela foi produzindo outras coisas, né, enfim, que foram nascendo dali e ganhando autonomia e abrindo novas frentes, né, com coisas que são, né, enfim. E isso acho que foi... o que é... o negócio da restrição das operações policiais, vocês lembram, no começo da pandemia. É, é... as polícias estavam fazendo operações de madrugada quando chegava, né, os kits Covid e aquelas coisas de ajuda, cesta básica, ou seja, a polícia estava atrapalhando no momento mais dramático, né enfim, do ponto de vista sanitário, né, das últimas décadas, sei lá quanto tempo. E.. e.. e o bolsonarismo, Wilson Witzel, tiro na cabecinha... era um horror aquilo ali e a ADPF conseguiu. A ADPF, digo essa grande coalizão, conseguiu realmente algumas conquistas num momento de terra arrasada, né enfim. Então eu acho que, eu acho que esse que é o grande ganho, né enfim. Eu também, enfim, isso eu posso dizer também, porque já, foi uma coisa que eu já me [não identificado] várias vezes, né, eu achava que é... nós sabíamos... sabe-se, né, que hoje em dia que as circunstâncias maiores da letalidade policial são as operações policiais. Portanto, a incidência sobre as operações policiais, que antes não era assunto, tem a ver com o tema da mesa, inclusive, né, enfim. Confundia-se um pouco o que era atividade policial e operação policial. Era mais ou menos a mesma coisa, né enfim. E eu acho que teve essa relação, né, de produção de conhecimento e memória, passa também por construção de categorias, né enfim. Operação policial é uma coisa específica, tem resultados específicos, ou seja, é uma detecção da violência de Estado, de uma das dinâmicas de violência do Estado que é específica, que pode ser contada, narrada, quantificada, né enfim, verbalizada, fotografada, enfim, aí a memória e dados, essa coisa que vocês colocaram na mesa hoje, né enfim. Criamos esse assunto, né. E eu acho que a minha vontade, né enfim, seria a gente continuar nesse atuado. Quanto mais a gente restringir as operações policiais, ele sabe que isso vai [não identificado], né, um pouquinho essa máquina de mortes que tá estruturada de forma tão importante no Rio de Janeiro, né. Mas me parece também, que sei lá, as câmeras acabaram sendo uma opção ali. E bom, veja, no mais, o governo do Estado do Rio de Janeiro tem atuado de forma defensiva com relação a implementação das câmeras. Isso é muito diferente de outros lugares, por exemplo, né. A gente impôs o uso de câmeras aqui no Rio de Janeiro e

a gente que controla o ritmo que isso acontece e a gente que faz a cobrança. E óbvio que eles vão sempre tentar, como eles já disseram explicitamente, né, burlar e sabotar e não fazer e né ou fazer de má vontade ou fazer e postergar etc. Mas a relação, neste caso, é o governo jogando na defensiva que também não é pouca coisa, né, neste momento tão ruim que nós estamos. Então, sei lá, eu tendo a ser... é... tem coisas muito positivas ali. Eu acho que foi, é um espaço, ainda de construção de luta, né. Que é isso, se ele for bem sucedido, ele vai cada vez mais se desdobrar em outras que podem virar outras coisas e fortalecer uma coisa, enfim, uma articulação cada vez mais ampla. Enfim, falei demais.

Giselle Florentino: Tem um vem aí então pra você...

Daniel Hirata: ãh?

Giselle Florentino: Tem um vem aí pra você

Daniel Hirata: Tem um vem aí. Não, nesse ponto eu concordo com o Fransérgio. Acho que teve um processo, né enfim. Deu pra ver, né, como é que as coisas foram sendo construídas e foi muito coletivo realmente, né.

Fransérgio Goulart: Só essa coisa do espraiamento pra além da ADPF, né, e aí citar o Fórum Popular de Segurança Pública, né. Porque a gente fez um movimento recente agora, o Fórum Popular de Segurança Pública, que era como a gente pode controlar a polícia, né, a partir do acúmulo da ADPF, das resoluções Nova Brasília. E a gente [não identificado] no Fórum que era importante a gente fazer uma discussão de orçamento público, né. Hoje a gente tem a segunda pasta de segurança pu... o maior orçamento do estado, a segunda é a pasta de segurança pública. E a gente enquanto Fórum, a gente fez um encontro com o Ministério Público Federal, né, e a gente conseguiu, né, que o Ministério Público Federal PRDC produzisse um inquérito civil para vincular o Fundo Nacional de Segurança Pública com indicadores de redução, né.

Giselle Florentino: de letalidade

Fransérgio Goulart: O Estado não topou o conceito de [não identificado] de intervenção policial. Mas tem lá hoje uma meta, né, indicada pelo PRDC para o Ministério de Segurança Pública e Justiça, que é: só recebe recurso no Rio de Janeiro se é... os crimes intencionais diminuem em 80%. Isso, o Fórum construiu, a ADPF não tinha construído. E aí acho que é isso, né, essa coisa da..da..da.. do que esbo... do que vai pra fora. E essa semana, né, a gente também, enquanto [não identificado] ficou feliz que a ADPF fez uma petição colocando o que a gente produziu via o Fórum. Ou seja, vinculando, né, então, ou seja, esse espraiamento, ou seja. Aí, né, talvez como as organizações que tavam, que algumas não tavam muito felizes, a gente resolveu produzir de fora. E ao produzir de fora, o debate que a gente tava fazendo e a gente não tava conseguindo, entrou. E aí, saiu uma petição também fortalecendo essa questão, né. E aí eu acho que é um pouco isso, né. É... e essa semana teve uma outra resolução que o Procurador Geral do PRDC Brasil indica que pra que essa Portaria que estabelece isso, que todos os estados possam se valer dela, né. Então, se uma coisa que era do Rio... e que é um outro ponto, né, que eu falo também da ADPF. A ADPF construiu uma possibilidade de fazer uma discussão de controle da polícia pra se espraiar pra fora do Rio de Janeiro. Então, assim, essa vivência, essa

experimentação, essa incidência, esse ativismo jurídico, essa mobilização toda que está sendo feita tá pautando um pouco a discussão de controle da polícia no Brasil inteiro. Então quando a gente fala de 80% dos indicadores, se o Ministério da Justiça toma isso pra si, vai ser em todo o Brasil. Não vai ser só pro Rio de Janeiro. É um resultado e tanto, né. Então só pra... como que, como que vai fazendo isso, né. Agora é isso, né, a gente tem pressa. Então pra favela, ou seja, esses números não vão diminuir de uma hora pra outra. Como que você faz, né. De novo, no debate do... do.. desse indicador, que a gente conseguiu, dos crimes intencionais, né. A gente celebrou no Fórum, mas a gente fez questão de dizer também que: hoje no Rio de Janeiro, pela autonomização das polícias, por ser o segundo maior orçamento de segurança pública, eles têm um Fundo próprio... O Fundo Nacional de Segurança Pública pro Rio de Janeiro não representa nada.

Daniel Hirata: Acho que é R\$40 milhões..

Fransérgio Goulart: R\$40 milhões... porque eles têm o Fundo próprio. O Fundo Nacional vai fazer diferença pro Nordeste, pro Piauí, pra Sergipe, porque esse estado vai querer acessar. O estado do Rio de Janeiro, não tô falando que não vai querer acessar, mas que pra ele devido a esse processo de...

Giselle Florentino: Não, é que eu acho que teve alteração do [não identificado], que é o Fundo de Combate à Pobreza do Estado e que hoje pode ser alocado pra financiar atividades de segurança pública. Foi aprovado no início do ano. Então, assim, por mais que não ganhe lá, mas as alterações e as desvinculações dos Fundos estaduais estão tendo um tipo de direcionamento pra segurança pública, pra política de segurança pública. Então é muito difícil fazer essa conta, né. Acho que é isso.

Daniel Hirata: Dinheiro pra segurança é difícil de faltar, né, esse que é o problema. Tem mais? Vamos lá.

Gabriel: Queria fazer uma pergunta pra, é Marcele?

Marcela Toledo: Marcela.

[1:49:57 a 1:50:17 inaudível]

Gabriel: Quais as frentes que vocês estão atuando de pesquisa, enfim, e um pouco das pesquisas que vocês estão fazendo também.

Marcela Toledo: Então, tem várias frentes que a gente vem atuando, né. Eu acho que a gente vem atuando desde o início, né, entendendo a lógica da segurança pública. A gente também tem uma frente de meio ambiente que é bem forte, a gente participa de vários movimentos, várias... Coalizão Clima de Mudança, que é a coalizão com outras organizações aqui do Rio de Janeiro pra discutir justiça climática, racismo ambiental, é.. a gente tem a frente de.. da LGB... LGPD que é a lei lá, que é o pessoal do jurídico. Tem a frente... a frente de meio ambiente é muito grande lá. A frente de gênero que a gente tá criando agora, tem a frente de mobilização. A gente tem um canal muito importante, a nossa articulação da pesquisa é muito direcionada a comunicação. Então, a gente tem uma produção de comunicação muito potente, né. A gente tem canal no Youtube, enfim, quem

quiser acompanhar também. A gente fez um curso no ano passado de políticas públicas que o resultado dele foi um podcast com os alunos que são lá do território do Jacarezinho e Manguinhos. Então, pra discutir a proposição de políticas públicas. Enfim, muito importante assim pra gente, quanto pro território. Então, assim, esse canal e essa conexão com a comunicação pra gente é muito cara, né, muito importante. Até pra gente alcançar o máximo de pessoas possíveis. Como você disse a gente é grupo de pessoas jovens, muitos de nós estamos em vários outros movimentos, fazendo várias outras coisas e isso faz com que a gente consiga também ampliar cada vez mais. E essa frente de meio ambiente tá aí alavancada. Ano passado estivemos lá no COP, teve um pessoal que teve na COP, lá no Egito, então é muito importante a gente tá também pautando tudo isso. Principalmente pela realidade de vida no Jacarezinho. Eu acho que essa questão do meio ambiente lá é muito importante por conta das enchentes, enfim, descarte indevido do lixo e, sobretudo, como isso afeta diretamente a população. Então a gente vem também ceifando esses debates pra que a gente possa fazer com que as pessoas compreendam de uma forma mais dinâmica também. E atender quem a gente quer mesmo que consuma nosso conteúdo. É por aí.

Arthur: Queria parabenizar aí o Fransérgio, a Giselle, pelo trabalho. Eu sou de Caxias, moro ali, né, perto do Centenário ali. Acompanhei esse processo do que aconteceu lá no, enfim, nesse Mural. Inclusive eu queria fazer uma pergunta pra vocês sobre a representação político-institucional na Baixada Fluminense, né. Há muitos anos, né, que Caxias, São João e outros municípios não têm representação de esquerda, de movimentos sociais, né, na Câmara dos Vereadores, das Vereadoras. E quanto que isso é difícil pra você fazer política no local, no território. Acaba falando com um deputado, com a Assembleia Legislativa, com a Câmara Federal, mas na Câmara Municipal, onde é construído muitas políticas públicas, o diálogo é difícil, né. Tava até conversando com a Silvia Mendonça um dia desses. Ela falou: “Arthur, eu..”. Ela é fundadora do PT de Caxias, dos anos 80 e nunca teve a oportunidade de construir, até quando o PT assumiu alguns cargos, ela nunca... ela sempre foi invisibilizada e a única oportunidade que ela teve enquanto gestora pública foi no governo Zito. Pelo incrível que pareça, né, o Zito com todo seu histórico, né, que a gente conhece. Mas foi a única oportunidade que ela teve de ficar como gestora pública da área cultural pra fazer política. E acaba com essa falta, essa subrepresentação, né, dos movimentos sociais dentro das câmaras municipais, você fica dependendo do diálogo com a direita, né, miliciana, conservadora, né. Então de que forma é possível romper com isso, né. Uma aflição que a gente tem dessa dificuldade que os movimentos sociais têm de fazer a política representativa no município, né. Vê que eles se candidatam a deputado estadual, a deputado federal, mas a Câmara Municipal eu ainda vejo com uma lacuna muito grande e é um espaço de disputa política importante pra política pública.

Palloma Menezes: Posso só para pedir para emendar uma pergunta, porque vocês estão falando da divisão do trabalho de vocês, né. Que ele fica mais no jurídico... [não identificado] Se pudessem contar um pouco mais desse trabalho também de incidência política, de acompanhamento no legislativo, que eu acho que é algo intenso que vocês fazem junto com a produção de conhecimento, produção de dados, né, que seria legal da gente ouvir.

Giselle Florentino: A gente tem vontade de fazer incidência política a nível institucional, né. Fora das ruas, assim, e fazer o mínimo de disputa possível dentro do Estado. Inicialmente a

gente pensou “ah, vamos pra câmara de vereadores de municípios da Baixada”. Aí a gente pensava, trezes municípios não dá conta, vamos pegar pelo menos quatro ali: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João e Belford Roxo. Ah então vamos olhar aqui como compõem, como votam, como é as características dessas casas. Só que chegando lá o negócio é muito mais embaixo. A Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu, são onze vereadores, nenhuma mulher. 802% é envolvido diretamente com os negócios da milícia e outros dois são grandes coronelistas do município assim. Não tem diálogo, não tem como construir diálogo, porque, inclusive, não tem nenhum representante do campo da esquerda. Não tem mesmo. A gente olha pra Caxias. É, a única pessoa que a gente conseguiria dialogar em Caxias tem uma relação muito estreita com o Beira Mar. E aí a gente podia optar, ou varejo de drogas ou milícias. A gente achou melhor não optar por nenhum dos dois, né. Seria muito arriscado a gente fazer esse tipo de articulação. Chegando lá, é... quando a gente vai olhar quais são as discussões que a Casa constrói. Ao contrário da Assembleia Legislativa, o Diário Oficial é muito defasado. Então você não consegue acompanhar num *full time* as coisas que estão acontecendo. As discussões sempre... elas nunca estão transparentes dentro das sessões do Plenário. É, e nem nos documentos disponíveis. Por exemplo, a LOA do município de Caxias, a última que eu tive acesso foi de 2017. Então como é que você constrói incidência se você não tem os mínimos de dispositivos de acesso à informação, né, pra entender o que tava acontecendo. Ah, então vamos colocar uma pessoa da Iniciativa lá pra acompanhar as sessões nos plenários. Chegava lá não tinha visão de Plenário, assim, e nunca [não identificado]ficava só você lá, entendeu. Então a lógica mesmo da política territorial do município é muito diferente, né. Não é como a Câmara de Vereadores aqui do município do Rio. Aqui a gente conseguiu até atuar com o debate de Guardas Municipais, né. O armamento das Guardas Municipais, a gente conseguiu impedir por dois anos. A perspectiva é de derrota com certeza, mas a gente vai litigando assim até ver onde consegue amarrar isso. É...

Fransérgio Goulart: Caxias também, né.

Giselle Florentino: Caxias, é.

Fransérgio Goulart: A gente conseguiu com o Ministério Público Federal.

Giselle Florentino: Isso! Porque foi..

Fransérgio Goulart: Das espingardas velhas...

Giselle Florentino: Isso. A Polícia Federal fez uma doação de espingardas bem antigas pra Guarda Municipal de Caxias. A gente pegou isso na internet e conseguimos atuar. Mas, por exemplo, isso não estava no Diário Oficial, isso não tava nas sessões plenárias assim. E.. é, esses vereadores não moram lá, né. E problema nenhum, também não moro mais em Nova Iguaçu. Certo, mas assim... você não consegue nem acionar nem assessoria, nem o deputado, o prefeito... vive envolvido com licitações, assim, absurdas, né. A Secretaria de Obras e de Transporte é um grande... menina dos olhos dessas prefeituras. A gente não consegue nem articular. Direitos Humanos é sempre aquela pessoa, coitada, que tá ali como cabide de emprego. A gente nem tenta assim forçar uma barra, porque que vai acontecer e vai colocar com pessoas com vulnerabilidades. E aí nossa estratégia foi: vamos fazer a Alerj. Quer falar?

Fransérgio Goulart: Vou só falar... acho que só.. acho que a gente sempre tem um olhar, né, para uma pessoa e a gente também, às vezes, não se olha, né. E aí olhar também nosso campo pra entender também, né. Não só olhar o outro. E aí eu acho que tem algo nocivo que potencializa o que são as Câmaras Municipais que foi durante muito tempo o PT, a nível do estado, e isso vai pros municípios, né, de ser parte desses governos, né. Então assim, a gente pega o PT com Lindemberg que tinha uma coalizão com o PMDB, aí depois vai o PMDB, aí o PT fica com a Secretaria de Cultura, fica... Então, ou seja, esses acordos num determinado momento eu acho que sempre é aquela história... eu acho que as pessoas e os movimentos mesmo, né. Não vou nem utilizar é... cooptação. Então assim, a galera colocou mais energia nessa relação e tudo mais e a gente esqueceu de entender que a gente de fato era movimento social. Então, eu sempre coloco que o projeto do PT... e aí eu acho que vou entrar no PSOL... Ou seja... Me desculpa, né. Ou seja, o presidente do que a gente.. a gente até tá com saudade dele, né Giselle. André Miliciano, gente... assim, era o presidente da Alerj. André Miliciano é como a gente chamava ele, né. Ou seja, ele vem da Baixada. Ou seja, ele tava lá, mas ele conseguia eleger prefeitos lá. Então assim... e agora eu já tô sabendo que o PT vai fazer aliança com o cara lá de Nova Iguaçu. Qual o nome? Que é deputado do PMDB.

Giselle Florentino: Max

Fransérgio Goulart: Max, que é um dos matadores... Então, essa relação, não tô falando do PT como um todo, mas parte do PT nessa relação de que não consegue construir um projeto político do próprio partido e faz alianças pra ter alguma margem. Eu acho que dificulta a gente atuar nas Câmaras Municipais porque não rompe, né. E não vai romper na próxima eleição. E aí eu acho que surge, né, acho que o partido Novo, né, o PSOL, né, que é cheio de coisa também, a gente dá umas porradas de vez em quando e tudo mais. Mas que sustentamos fazer isso. E aí como é que você faz isso também sem base?! O PT tem base, o PSOL vai ter que construir isso. E aí acho que ainda tem muito distanciamento dos territórios, né. E aí as pessoas, né, que se colocaram, né... porque as eleições municipais a gente faz o monitoramento, né, da violência em épocas de eleições, né. Porque a eleição quer... essa eleição que a gente teve pra Presidente e pra Governador do Estado é molinha, agora que o bicho vai pegar. As pessoas, eu já falei, ou seja, já tem uma articulação lá de Rede, PSB e PSOL, uma pessoa que, né, que é do... de esquerda é o nome, e que foi ameaçado na..na eleição passada de morte. Aí a gente fala "porra, é o momento agora da gente tentar... das pessoas colocarem alguém do PSOL, da Rede?!". Será que tem estrutura pra enfrentar essa galera? Na Iniciativa, a gente também já sofreu ameaças. A gente ficava no espaço Gomeia e a gente saiu devido à ameaça. Cara, a gente pensa muito, cara. Eu acho que talvez seja melhor, ainda, pensar num projeto político dessas ocupações a médio e longo prazo. E isso envolve mobilização, formação, diálogo.. pra quando chegar, chegar protegido, do que colocar nomes, que eu acho que vai acontecer. E parece, né, a história não se repete da mesma, mas parece que vai ter pessoas ameaçadas de novo. Ou seja, lá, as Câmaras Municipais, não é só as Câmaras Municipais não, porque tem a relação com o Executivo, né. Ou seja, a gente sabe de uma questão de... de... de terra, né, do assentamento lá do MST, na divisa de Caxias com Nova Iguaçu...

Giselle Florentino: Não é só terra.

Fransérgio Goulart: Ou seja, o Secretário de Meio Ambiente de Duque de Caxias era um miliciano que falou assim: “você podem utilizar lá a terra à vontade”. Então, assim, essa relação das casas legislativas e.. é um desafio, né. Eu acho que o desafio passa, talvez, pra gente dar uma recuada. Pensando, né, quem quer incidir na política institucional, né, dos municípios. Mas aí a gente vai falar assim, mas aí a gente nunca vai conseguir. Não, não tô falando isso. Não tem força política. Qualquer candidatura. E aí eu acho que o único partido, por isso que é contraditório, né, o PT é um partido que pode pegar talvez uma prefeitura. Talvez o Lindemberg de novo em Caxias, devido... Caxias não, Nova Iguaçu, devido a esses acordos políticos. Não é pela militância, não é pelo projeto de organização do projeto político, mas é por essas amarras que o PT historicamente vem fazendo, né. Então eu acho que.. acho que é muito, talvez, melhor pensar em longo prazo.

Giselle Florentino: E tem uma questão que a gente.. às vezes o nosso campo não admite, né. Por exemplo, a última eleição um dos redutor bolsonaristas foi na Baixada Fluminense. Teve municípios que chegou a 80% dos votos. E assim se eu voltar agora lá, você vai ver que... chegando em Nova Iguaçu já na Dutra tem uma.. um puta aparelho de saúde pública fazendo exames de imagem que historicamente a Baixada nunca teve assim. É, se eu for chegar em alguns municípios a praça vai tá reformada, o asfalto vai ter melhorado. Tem uma renovação de alguns aparelhos públicos, por exemplo, em Belford Roxo com a família Waguinho lá. Não tem como não falar que não teve melhoria na política pública municipal com a chegada deles. A gente precisa admitir também quando o outro campo faz um golzinho, um gol assim... bem feito, entendeu.

Fransérgio Goulart: E a política é material

Giselle Florentino: É, porque se não a gente vai achar “ah, mas a resistência... não sei o que”. Cara, fizeram, tem feito um bom trabalho de fato assim. Belford Roxo hoje e de cinco anos atrás é um outro município de fato.

Fransérgio Goulart: Não foi à toa que o PT quis colar com quem... É!

Giselle Florentino: É, assim... não tem como assim, não tem como. E aí nossa estratégia foi vamos pra Alerj porque pelo menos lá a gente consegue atuar com um mínimo de segurança, porque as pessoas da Iniciativa moram na Baixada, a maioria são pessoas pretas, o Fran é a única cota branca, não tem como. Não tem como atuar naquele espaço colocando a cara como a gente coloca. Eu dei uma entrevista pra Revista Piauí sobre a relação do Márcio Canella, milícia, não sei o que. Cara, a publicação saiu num dia no site, no dia seguinte eu tava recebendo zilhões de ameaças, no e-mail, no celular, na rede social, Não, assim, não tem como. E hoje a boa parte que compõem... os deputados que compõem a Alerj são oriundos da Baixada Fluminense. A gente precisa admitir isso também. Ah, porque é que invisibilizado... ah, porque...

Fransérgio Goulart: “Ah, a Baixada é invisibilizada”. Ela ocupa a Alerj quase toda.

Giselle Florentino: Agora que tipo de política pública tá chegando, qual é o debate está sendo feito, aí é outro. Márcio Canella foi presidente da... da Comissão de Orçamento. Ela e a CCJ são as principais funções de... funções legislativas da Casa, né, funções permanentes da Casa. O Ceciliano foi prefeito de Japeri, assim. Então a gente precisa

entender que tipo de campo a gente tá atuando. Pra gente é estratégico atuar na Alerj pra monitorar o debate de segurança pública a nível estadual, pra pensar o debate de orçamento público, principalmente, tendo o investimento das polícias, que é onde a gente vai construir alguma coisa lá. E quem sabe um dia criar estofo, né, pra pensar nas Câmaras Municipais, assim. Inicialmente só Rio de Janeiro. Baixada... se eu passar lá, se eu chego lá ou sei lá passo todo mundo morre e fé. Aí vai ter que criar outra Iniciativa pra dar conta, porque a gente não vai ficar vivo lá.

Fransérgio Goulart: É isso. E aí só pra... só pra colocar o que foi falado... a gente tem um projeto que se chama "De olho na Alerj" que monitora e sistematiza as proposições legislativas sobre segurança pública. Pra que? A partir desse monitoramento, que a gente faz isso semanalmente com o acompanhamento do Diário Oficial, acompanhamento da Ordem do dia, pra gerar incidência com os movimentos. E a gente tem conseguido fazer um 7 a 1, 7 a 2, de vez em quando, né. Na aqui, né, por aqui a gente tem um grupo de mandatos, né, que... que até aumentou, né, na última eleição que então dá pra dialogar. Então eu acho que é muito importante dizer isso. E aí o André Miliciano nos ensinou isso, né. Não acredite que só fazer incidência política se faz com o campo dito progressista. Se você não entender que você vai ter que dialogar com miliciano em determinados momentos. Tentar enxergar... não só ele, a gente começou a ver também a observar isso, as.. que entre eles, às vezes, tem algum discurso diferente e que tem possibilidade de reverter um determinado quadro eu acho que é importante, né. Porque também quem faz historicamente *advocacy* só quer dialogar com os nossos. Me desculpa. A gente tem que sentar com o cara que rasgou a placa da Marielle, a gente já sentou. E aí fazer o que?!

Giselle Florentino: Foi ótimo.

Fransérgio Goulart: Foi ótimo, tratou super bem. Mas rasgou a placa da Marielle, ou seja, aí a gente não vai sentar? Porque o que a gente quer produzir é uma política de segurança pública com menos morte. Quando tem alguma coisa a gente denuncia ele, mas ali na Alerj a gente vai precisar sentar com todo mundo. Não tem jeito, né. E aí eu sempre faço questão de... aí a gente tem tanto um dossiê da Alerj que a gente solta anualmente, quanto o dossiê orçamentário. Que a gente tem conseguido, né, nesses dossiês... então, só pra gente não se alongar aqui. Tem algumas boas práticas, quero colocar uma aqui que eu acho que foi a que inaugurou. No momento do Covid a gente tinha é... uma proposta de emenda constitucional de uma implementação de uma indústria de armas no estado do Rio de Janeiro, né, e que a gente saiu vitorioso. Aí a gente... e foi pra votação, a gente ganhou de quarenta e dois por vinte e pouco, né. E aí porque... aí eu acho que é importante compartilhar aqui. É... uma coisa que a gente aprendeu, na Casa, sobre segurança pública, se a gente utilizar no primeiro momento como estratégia de *advocacy* ou de comunicação o discurso de direitos humanos, a gente vai perder. E o discurso que foi produzido pra gente ganhar e que a PEC não fosse aprovado foi um discurso econômico. Primeiro, o estado... o estado do Rio de Janeiro ainda tá em regime de recuperação fiscal. Como que você, em regime de recuperação fiscal, no contexto do Covid, quando o dinheiro deveria ser todo alocado para saúde, né, você vai dar isenção fiscal para uma indústria de armas com a ideia de gerar empregos. E aí a gente sabe, a gente fez levantamento, fez, né, pesquisa. A gente viu que, né, o número de pessoas que trabalham são mão de obra super qualificado, que não são esses postos de trabalho... Então, foram discursos e narrativas que a gente foi construindo, diferente do que a gente costuma às vezes fazer. Ah.. logo quando a gente

fazia reunião com os movimentos, “vamos falar que é mais indústria de armas, mais balas, mais munições, mais gente negra morta”. Não íamos ganhar, né. E aí foi super estratégico a articulação na época com a Anistia Internacional pra produção de muita matéria de mídia de tudo mais e a gente conseguiu essa vitória. Então, esse dossiê orçamentário e no dossiê “De olho na Alerj”, a gente coloca um pouco essas boas práticas, né. E eu acho que, é bacana a gente dizer isso, que... porque é bom também o trabalho ser reconhecido, né. E recentemente essa metodologia que a gente do “De olho na Alerj” fez, a gente transferiu pra Conectas em São Paulo. Então eles vão começar no ano que vem... porque o Conectas faz muito incidência em Brasília e eles estão começando a tentar construir uma incidência no estado, na Alesp. Então a gente foi transferir essa metodologia. Recentemente a gente foi pro Paraná e aí não foi uma organização, mas foi pra movimentos, numa rede que envolve familiares e vítimas, a Rede Nenhuma Vida a Menos. Então a gente tá com uma agenda também em Salvador, Pernambuco, de compartilhar isso. Com o nosso povo é 0800, né, com as organizações que tem grana, paga, né, porque a gente produz conhecimento, a gente produz memória e o trabalho precisa, isso é uma verdade na Iniciativa. Outra verdade na Iniciativa: trabalho precisa ser remunerado, né. Pro nosso povo não, mas pras organizações grandes que historicamente, né, captam recursos precisa dividir, né. Ou seja, não adianta se dizer anti racista se não divide grana, porque a vida é material, né, a gente precisa pagar as contas. Então, a gente tem conseguido no “De olho na Alerj” ter um êxito e poder compartilhar um pouco esse processo metodológico nos estados, né. Então acho que é um resultado bacana aí do trabalho.

Daniel Hirata: Bom, acho que começamos muito bem esse ciclo, né enfim.

Palloma Menezes: Pode só falar do próximo?

Fransérgio Goulart: Daniel, posso só fazer um convite?

Daniel Hirata: Claro, vai lá.

Fransérgio Goulart: Falando em memória e reparação e justiça racial... a gente tem... enquanto isso vou falando. A gente tem anualmente é... a gente lançou, lança uma revista que se chama Revista Ruas e Encruzilhadas, né. Essa Revista Ruas e Encruzilhadas é uma revista para afirmar essa construção de epistemologias, de conhecimento da periferia, né, dos quilombos e tudo mais. A primeira edição foi ano passado com o tema “Abolição das Polícias e das prisões”, né. Na época a gente tinha... a gente sempre faz em parceria. Então, ano passado a revista com o tema “Abolição das Polícias e das prisões”... e a gente sempre faz em parceria com organizações a partir né da afinidade do tema. Então, ano passado quem assinou a revista com a gente foi o movimento Mães de Maio e o IDPN. Esse ano, a gente tá lançando hoje então quem quiser escrever artigos... Então o tema vai ser “Memória, reparação e justiça racial”. Então tem artigo de opinião, textos livres, poesias, prosas e crônicas, fotos. Muito nessa perspectiva de ampliar também aquela discussão de... acadêmico e tudo mais. Claro que a nossa tendência, né, e isso tá no edital, mas não deixem de escrever, tá gente? É a gente privilegiar produções das favelas, de periferias, né, mas a gente na última a gente acolheu várias pessoas que também não era de favelas e de periferias, né. E esse ano o tema é memória e reparação. E a gente esse ano tá com o Instituto Marielle Franco e o ISER, né. Então fica o convite para vocês. Escrevam, mandem as suas produções pra gente pra fazer parte aí da.. da.. dessa revista. E o outro convite é

no dia 30 também que eu acho que é uma continuidade dessa coisa de produção de memória, de dados. No dia 30, aí vocês podem acompanhar no site, deve ser no MUHCAB, a gente faz um lançamento duma revista, né, sobre comunidade de terreiros e segurança pública, né. Ou seja, como que os terreiros, né. Ou seja, a percepção de alguns... é algo bem exploratório, bem inicial, não é uma pesquisa, não é né... A gente fez quatro grupozinhos focal, roda de conversa pra entender um pouco como que os terreiros estão vendo essa relação com a polícia, com as milícias. E no dia 30 a gente vai lançar essa revista Comunidade de terreiros e segurança pública, às 11 horas. Deve ser no MUHCAB. Em parceria com a [não identificado]. E aí fica o convite aí pra vocês também. Mas escrevam!

Daniel Hirata: Então, agradece mais uma vez o Fransérgio, Giselle, Marcella. É.. e dando seguimento aos anúncios, né, das coisas que estão por vir. A segunda mesa que vai ser dia 02/10 tem esse nome “Memórias Faveladas e as Políticas Públicas”, mediação do grande Alan Brum. Douglas Heliodoro do Conexões Periféricas, Hugo Oliveira da Galeria Providência, Leandro Castro do Rocinha Resiste e Claudia Rose do Museu da Maré. No Maracanã, é isso?!

Palloma Menezes: Nono andar.

Daniel Hirata: Nono andar no Maracanã. Imperdível continuar esse debate aí. Parabéns aos organizadores mais uma vez.